



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

**THAMYRIS VIANA DOS SANTOS**

ANIMAIS ABANDONADOS E OS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Rio de Janeiro

2013

THAMYRIS VIANA DOS SANTOS

ANIMAIS ABANDONADOS E OS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Gomide da Silva Mello

Rio de Janeiro

2013

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**THAMYRIS VIANA DOS SANTOS**

**ANIMAIS ABANDONADOS E OS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Aprovada em: 25 de fevereiro de 2013.

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Gomide da Silva Mello (Orientadora)  
IESC/UFRJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Me. Márcia Aparecida Ribeiro de Carvalho  
IESC/UFRJ

---

Prof. Dr. Raphael Mendonça Guimarães  
Fiocruz

Em memória do meu avô Luiz, que me ensinou  
a respeitar ate o menor dos seres.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus amigos pelo apoio e paciência com minhas recusas aos seus convites de diversão durante o processo de criação do atual trabalho. Agradeço aos amigos feitos durante o curso de Saúde Coletiva que tornaram minhas idas e convivência na faculdade mais divertidas e prazerosas. Agradeço aos professores e funcionários do IESC que acreditaram no curso e se dedicaram ao máximo para uma formação digna que se espera de um sanitarista. Agradeço a minha irmã Thays por aturar e apoiar meu processo criativo durante as madrugadas, a minha irmã Tainá por me animar com seus desenhos durante o processo e ao meu irmão Rodrigo pela preocupação e incentivo durante todo o processo. Um agradecimento especial aos amigos Deyvid, George Buba, Patrícia e Roberto, pelos elogios, consolos, orientação e principalmente pelo incentivo nos dias ruins. Que Deus os proteja- existe algo pior do que ser incluído como “melhores amigos” de uma escritora/bipolar/neurótica?

Por último, mas não menos importante agradeço a minha orientadora Márcia Gomide pelo apoio, orientação e principalmente por dividir a paixão aos animais comigo.

*A grandeza de uma nação e seu progresso  
moral podem ser julgados pela maneira com  
que seus animais são tratados*

**Mahatma Gandhi**

## RESUMO

SANTOS, Thamyris Viana dos. **Animais abandonados e o impacto na saúde pública.** Monografia (Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Os Animais abandonados são um problema de saúde pública e suas consequências afetam todos os setores sociais. Com a finalidade de diminuir a população desses animais soltos nas ruas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou as ações de esterilização e posse responsável como medidas eficazes para esse controle. A existência de programas e ações governamentais e não governamentais pelo mundo vem contribuindo para essa diminuição, utilizando as recomendações feitas pela OMS. Porém a não divulgação dessas informações pela mídia e a pouca produção da academia parece dificultar no processo de conscientização da sociedade a respeito do tema.

Palavras-chave: Animais abandonados. Zoonoses. ONG de Proteção Animal. Ética animal.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Propaganda sobre a criminalização do abandono de animais .....	12
Figura 2 - Campanha de vacinação.....	23



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ARCA BRASIL	Associação Humanitária de Proteção e Bem Estar Animal
ANDA	Agência de Notícias de Direitos Animais
APASFA	Associação Protetora de Animais São Francisco de Assis
CCZ	Centro de Controle de Zoonoses
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
PAVS	Programação Anual de Vigilância em Saúde
PROBEM	Programa de Bem Estar Animal
SEDA	Secretária Especial de Defesa Animal
SEPDA	Secretária Especial de Proteção e Defesa dos Animais
SUIPA	Sociedade União Internacional Protetora
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretária de Vigilância em Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
WSPA	Sociedade Mundial de Proteção Animal

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>17</b>
<b>3 RESULTADOS .....</b>	<b>18</b>
3.1 ZOONOSES .....	18
3.1.1 Histórico .....	18
3.1.2 Centros de Controle de Zoonoses .....	22
3.1.3 Principais Zoonoses .....	24
3.1.4 Discussão da inter-relação na academia científica.....	29
3.2 RECOMENDAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA CONTROLE DE POPULAÇÕES DE ANIMAIS.....	32
3.2.1 Evolução das políticas da Organização Mundial de Saúde.....	32
3.2.2 Programas Nacionais e Internacionais .....	35
3.2.3 Organizações Não Governamentais (ONG) de Proteção Animal.....	41
3.2.4 Ações governamentais x não governamentais .....	45
3.3 ABORDAGEM DO TEMA NA MÍDIA, ACADEMIA CIENTÍFICA E SITES DE ONG.....	46
3.3.1 Mídia Nacional e Internacional.....	46
3.3.2 Abordagem do tema na academia científica.....	51
3.3.3 Abordagem pelos sites da Agência de notícias de Direitos Animais (ANDA).....	54
3.3.4 Diferenças nas abordagens.....	56
3.4 ÉTICA E DIREITO ANIMAL .....	58
3.4.1 Evolução do movimento em defesa dos animais .....	58
3.4.2 Bem Estar e Direito dos Animais.....	62
3.4.3 Posse Responsável.....	64
3.4.4 Ética e Animais Abandonados.....	66
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A quantidade de animais abandonados nas ruas é problema de saúde pública que ainda não sensibiliza a sociedade e as autoridades na busca de uma solução efetiva. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam, em países pobres e emergentes como o Brasil, a proporção de 15 filhotes de cães e 45 de gatos para cada bebê nascido. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010).

Segundo a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA) atualmente percebe-se um crescimento de animais que estão sendo abandonados e isso parece ocorrer, principalmente, por não haver conscientização dos problemas que o abandono causa e nem programas educativos que visem a alertar para esse fato. Ainda segundo a SUIPA, o abandono de animais parece ser devido a diversos fatores tais como: mudança de endereço do proprietário, animal idoso, problemas de "odor", nascimento de bebês, necessidade de tratamentos médicos, separação de casal, desemprego, despejo. O número de animais abandonados tende a aumentar nos períodos de férias onde os donos viajam e acabam abandonando esses animais nas ruas ou em abrigos onde não voltam para buscar. Segundo a APASFA (Associação Protetora de Animais São Francisco de Assis) no período de dezembro a janeiro de 2008, fase de férias, foi detectado que a quantidade de animais abandonados cresceu em média 1.000 %, com 50 denúncias diárias de maus-tratos e abandono de animais em todo o território nacional. Durante os outros meses do ano, a média de denúncia no mesmo ano foi de cinco registros ao mês. A maioria desses animais abandonados tende a ser de filhotes ou idosos que muitas vezes são “largados” na rua, devido a serem frutos de uma ninhada indesejada ou pelo fato de necessitarem de cuidados especiais que muitas das vezes não podem ser oferecidos pelos seus donos, respectivamente. Segundo dados da SUIPA, diariamente, a mesma recolhe nas ruas cerca de 10 animais e recebe, no abrigo, outros 50. Grande parte vítima de atropelamentos e da crueldade dos próprios "donos" que descartam seus cães e gatos doentes, idosos, e também filhotes recém-nascidos. Há ações e programas que visam de forma direta, como o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e/ou indireta, como o programa “Bicho Rio” diminuir o número de animais abandonados. Porém, dependendo da localidade, a maioria dessas ações e programas não possui eixos educativos que conscientizem a população sobre as consequências do abandono e as mesmas só realizam o recolhimento de animais em casos de situações de vulnerabilidade ou risco ao ser humano e não estimulam a adoção, conforme as Leis Federais nº 9.605 de 1998, Art. 32 e do Estado de São Paulo 12.916, de 16 de abril de 2008:

O Centro de Controle de Zoonoses não realiza consulta veterinária. Deve-se procurar consultório, clínica ou hospital veterinário. Não adota animais, ou seja, não pega animais de donos que não querem mais cuidar. Este ato de abandono é considerado crime (Lei Federal nº 9.605 de 1998, Art. 32). Não é considerado “depósito de animais”. Não retira cães de rua que entraram na residência, pois é de responsabilidade do morador evitar a sua entrada. Não recolhe “cão comunitário”, aquele que estabelece com a comunidade em que vive laço de dependência e de manutenção, embora não possua responsável único e definido. Será apenas recolhido para fins de esterilização e vacinação anti-rábica. (SÃO PAULO, 2008, p. 1).

O programa PROBEM (Programa de Bem Estar Animal) é um programa do estado de São Paulo e se destaca por possuir esses eixos de educação e de estímulo a adoção na sua estrutura, porém o mesmo só é realizado no Estado de São Paulo não tendo tido seu modelo ampliado para outros estados. Além do PROBEM, outra ação que se destaca no combate ao abandono de animais são as atividades realizadas por algumas Organizações não Governamentais protetoras de animais, como WSPA Brasil, SUIPA e ARCA Brasil, que possuem abrigos onde tratam desses animais e depois os colocam para adoção. Essas ONG's também realizam algumas campanhas sobre denúncia de maus tratos de animais e adoção, além de estimularem a produção científica sobre o tema do abandono através de congressos como por exemplo, a ONG Amigos de Francisco, que promove a castração de cães e gatos de rua e daqueles pertencentes a pessoas de baixo poder aquisitivo, atende emergências veterinárias, promove doações, estimulando a posse responsável dos animais e possui um trabalho com crianças de todas as classes sociais, nomeado de “amiguinhos de Francisco”, no qual estimula o respeito por todas as formas de vida e pelo meio ambiente em geral, e a Associação Protetora dos Animais do Município de Sinop - Mato Grosso - que em 2012 promoveu a Propaganda sobre a criminalização do abandono de animais, como ilustra a figura a seguir:

**Figura 1 - Propaganda sobre a criminalização do abandono de animais**



Fonte: Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA).

Por serem organizações não governamentais, as mesmas não recebem ajuda do governo e dependem de doações para a realização de suas atividades. Porém devido ao histórico do recolhimento de animais de rua ser, geralmente, associado à carrocinha e a prática da eutanásia, muitas pessoas deixam de contribuir o que faz com que essas ONG's não consigam ampliar suas atividades. A falta de informação da população acaba contribuindo para o aumento de animais abandonados nas ruas, tendo em vista que é de saber popular que os animais nas ONG's viram “sabão”, porém a realidade se mostra bem diferente, conforme o texto no site da SUIPA:

Todos os animais que chegam à SUIPA recebem tratamento médico e tem assegurada a oportunidade de um lar através da adoção. É inconcebível a prática do recolhimento de animais nas ruas com destino ao sacrifício. Se conseguimos ser tão criativos, ao demonstrar a nossa capacidade de evolução intelectual, não é possível que não consigamos pensar na modificação de práticas covardes como esta que leva ao óbito milhares de animais inocentes. Muitos abrigos também optam por colocar para dormir os animais idosos ou doentes com o argumento de por fim ao sofrimento, ou controlar a quantidade de seres vivos abrigados evitando a superlotação. Isto não acontece na SUIPA. Somos criticados por não matar, pela superpopulação do nosso abrigo, mas dormimos com a consciência tranquila. Fazemos o máximo possível para salvar e proteger as vidas que estão sob a nossa guarda. (SUIPA, 2012).

A falta de artigos e trabalhos abordando o tema parece contribuir para a falta de conscientização da população sobre as consequências do abandono. O abandono de animais é

pouco citado e discutido na mídia bem como na academia científica, sendo o assunto “zoonose” o tema mais discutido dessa área. A temática abordada de forma mais profunda parece ocorrer somente, em congressos ou palestras realizadas pelas Organizações Não Governamentais protetoras de animais que veem na discussão do mesmo a base para a busca de soluções no combate e conscientização do abandono de animais. Segundo a ONG ARCA BRASIL a falta de informações qualificadas é a maior responsável pelo sofrimento dos animais e para combatê-lo ela, desde 1993, organiza congressos, seminários e outros eventos como: os Congressos do Bem-Estar Animal, a 9ª Conferência Internacional das Interações Homem-Animal e o Seminário Veterinário Solidário: Responsabilidade Social & Bem-Estar Animal, além de diversos workshops, programas de treinamento, inclusive com a participação da OMS/OPAS e de especialistas brasileiros e internacionais. Segundo a ARCA, tais eventos iniciaram uma nova era para o movimento de proteção e defesa dos animais no Brasil, obtendo grande alcance junto à comunidade científica, população e mídia (ARCA BRASIL, 2012).

No Brasil o abandono de animais é considerado crime ambiental pela lei 2095/1998, assim como em outros países. Entretanto, apesar de ser crime percebe-se certa banalização da situação no Brasil. Não é raro encontrar uma notícia relatando donos que queimaram seus animais com água quente, que enterram seu cachorro vivo, que espancaram o cachorro até morte... Ou basta olhar ao redor e perceber a quantidade de animais que se encontram soltos pelas ruas. A lei de proteção animal parece ser efetiva em outros países, devido a mecanismos desenvolvidos que indicam ao governo quando um animal foi abandonado e quem é responsável pelo mesmo. Em alguns países, como Inglaterra, uma forma de controlar esse abandono, além da aplicação da lei de proteção animal, foi o estabelecimento de uma lei onde para se adotar ou ter um animal o cidadão tem que preencher um requerimento informando o código do chip do animal. Dessa forma caso o animal seja abandonado o governo inglês consegue saber quem é o dono, pois no momento da adoção é implantado no animal um chip que possui as informações sobre o proprietário. Texto publicado no site da ARCA BRASIL, aponta que técnicos e especialistas são unânimes sobre a importância da identificação e registro de cães e gatos de uma determinada cidade ou região. Para os mesmos a medida é essencial para o planejamento de políticas de saúde pública e controle de zoonoses, como a Leishmaniose Visceral, sendo o chip o instrumento legal para se conhecer e avaliar os proprietários, responsabilizando-os, quando necessário. “Com o animal microchipado você tem esses dados comprovados e pode saber quem é o proprietário. Então, com respaldo oficial e baseado na legislação, é possível autuá-lo por abandono.”, explica Adriana Lopes Vieira,

ex-diretora dos CCZs de São Paulo e Guarulhos, em entrevista (ARCA BRASIL, 2011). A implantação desses chips no Brasil é obrigatória apenas em algumas localidades como no Estado de São Paulo. Em outras cidades é uma ação não obrigatória ficando a escolha do dono, porém algumas localidades estão no meio do processo de aprovar tal implantação como obrigatória, sendo esse o caso do Rio Grande do Sul que possui um projeto de lei número 17/2009. Em São Paulo o serviço é oferecido de forma gratuita nos Centro de Controle de Zoonoses e é garantida através da Lei Municipal 12.074 de dezembro de 2006. Notícia publicada pela Revista Veja, em 2012, chama a atenção para essa medida e explicita o processo da inserção do chip, ilustrando que desde 2007 uma lei municipal estipula que todos os animais comercializados por canis e *pet shops* tenham o chip e que a aplicação se assemelha a uma injeção, sem a necessidade de anestesia, e fica por conta dos comerciantes. Mostra que mesmo o sistema não sendo uma exigência para mascotes que já disponham de um lar, muitos proprietários também aderiram a ele. Traz, também, como dado a implantação de mais

80.000 microchips, desde 2009, pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) que oferece gratuitamente o serviço. Nas clínicas particulares, o valor do procedimento varia de 120 a 180 reais. Especialistas opinam sobre essa medida afirmando que é importante monitorar a população de animais em áreas de transmissão de doenças, como aponta à veterinária Tamara Leite Cortez e que tal estratégia ajudou a reduzir o número de abandonos, segundo Marcelo Quinzani, diretor clínico do Hospital Veterinário Pet Care, no Morumbi (VEJA SÃO PAULO, 2012).

O abandono de animais tem um impacto direto na saúde humana, além da do próprio animal, devido aos problemas que o mesmo acaba gerando como: zoonoses, acidentes de trânsito provocados pela presença de animais soltos em rodovias, contaminação do solo e água por dejetos de animais que podem vir a estar infectados por alguma doença. Segundo Santana e Oliveira (2004), um dos principais problemas oriundos da superpopulação desses animais decorre de eles estarem expostos a todo o tipo de doenças, sendo vítimas de várias zoonoses, constituindo um sério problema de saúde pública nas cidades. Esse problema ainda por cima se agrava em virtude do seu acelerado grau de reprodução e proliferação. Diversas são as zoonoses, sendo as mais frequentes, segundo o Instituto Pasteur, a Leptospirose, Leishmaniose, Toxoplasmose, ancilostomíase e Toxocariose. Essas zoonoses se dão principalmente através de solos contaminados pelos dejetos desses animais, não havendo controle dos mesmos acaba-se que não se tem controle das doenças. Segundo Pastório *et al.* (2009) locais frequentemente utilizados para lazer pela população, como as praças públicas,

contaminadas por fezes de cães e/ou de gatos, constituem uma importante via de transmissão de zoonoses parasitárias, pois existem inúmeros microrganismos (protozoários, helmintos, insetos e aracnídeos) que parasitam animais e seus ovos/cistos são lançados no solo onde se mantêm inalterados por alguns dias ou meses, dependendo do clima, ou até mesmo se desenvolvem, como no caso do ovo do *Ancylostoma*, prontos para parasitar um novo hospedeiro. Esse abandono contribui, também, para o aumento de acidentes de trânsito, devido à presença de animais abandonados em rodovias, estradas que acabam gerando esses acidentes pela falta de responsabilidade dos criadores e do governo que não possui meios de identificar os mesmos ou pela falta de aplicação da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre a proibição de soltura desses animais em rodovias estaduais. Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal no ano de 2007, ocorreram 4207 acidentes tendo como causa a presença de animais na pista e tendo como consequência 102 mortos.

Atualmente o que se tem no âmbito nacional que se refere à proteção e defesa dos direitos dos animais é: (a) a Declaração Universal dos Direitos dos Animais de 1978 que estabeleceu princípios a serem obedecidos no que diz respeito aos direitos animais; (b) a Lei federal 9.605/98 de crimes ambientais que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências como a criminalização do abandono e Substitutivo ao projeto de Lei nº 121, de 1999 e (c) Lei da posse responsável que estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães. De ações nacionais se tem o Programa Nacional de Saúde Animal que é decorrente da Política Nacional de Defesa Agropecuária – não dirigida aos animais domésticos- que tem como propósito definir diretrizes e responsabilidades institucionais, com vistas a criar condições para proteger a saúde do rebanho nacional, bem como prevenir agravos à saúde pública (BRASIL, 2009) e a Superintendência de Controle de Zoonoses e Fiscalização Sanitária que possuem os Centros de Controle de Zoonoses (CCZ) que são unidades de saúde pública, responsáveis pela prevenção e controle de zoonoses e doenças transmitidas por vetores nos municípios, e para isso realiza o controle das populações animais. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro as ações do Centro de Controle de Zoonoses estão estruturadas em: Criação, comércio e eventos relacionados com animais, Fiscalização e controle de vetores de reservatórios, atuação sobre emergências relacionadas a animais e Educação em saúde. Alguns Centro de Controle de Zoonoses realizam parcerias a fim de diminuir no seu espaço o número de animais recolhidos como é o caso do CCZ do Rio de Janeiro que possui parceria com Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e que encaminha equinos e bovinos para serem utilizados nas aulas e alguns



leiloados, como afirma Tancredi *et al.* (2005).

Apesar da Lei 2095/1998 que proíbe o ato de abandono e da reformulação do código penal em maio de 2012 que pune o autor da ação em até quatro anos de prisão e até seis anos em caso de morte do animal, o número de animais abandonados e mal tratados continua crescendo em todo país como mostram reportagens do G1 em agosto de 2012 uma que trata sobre o aumento de maus-tratos no noroeste paulista e outra publicada em março que trata do aumento do abandono de animais em canis. Reportagem publicada em agosto pelo Jornal VS, de São Leopoldo, atenta para o aumento de animais abandonados e para a ineficiência da ação, sem eixo com educação, do programa de castração. Notícias como essas nos mostram que a ação do abandono já está tão banalizada que nem com a lei os “cidadãos” parecem se darem conta dos prejuízos que a ação do abandono provoca. A banalização do abandono de animais contribui, cada vez mais, para que os animais passem a ser vistos como simples objetos e não mais como seres que assim como o ser humano possuem necessidades e direitos que deveriam ser respeitados, como ilustra o texto de Santana:

São constantes as violências contra animais nas sociedades humanas, que desconhecem ou ignoram a dignidade animal, na qualidade de ser que sente, sofre, tem necessidades e direitos. Tal atitude do homem advém da pretensa superioridade que este se atribui, um fenômeno cultural que o filósofo australiano Peter Singer denomina como “especismo” e que é conceituado pelo citado filósofo como “um preconceito ou atitude parcial em favor dos interesses de membros de nossa própria espécie e contra os interesses dos membros de outras espécies. (SANTANA *et al.*, 2004).

Discutir sobre esse tema e buscar soluções possíveis para o mesmo é importante, pois pode contribuir para a diminuição de gastos da saúde com zoonoses, que tenderão a cair se a população de animais abandonados for menor. Mas principalmente vai colaborar para o bem estar dos animais que são os mais afetados por essa crueldade. Além destes aspectos econômicos, de saúde pública e de respeito aos demais seres vivos, é importante para promover a conscientização da população sobre a responsabilidade de se ter um animal e de todas as implicações e consequências que acarretam o seu abandono. O presente trabalho possui caráter descritivo, cujo objetivo é discutir a implantação de um projeto destinado a minimização de animais abandonados e a sensibilização e conscientização da população sobre esse tema. Os objetivos específicos são discutir as zoonoses que mais afetam os animais domésticos, expor ações nacionais e internacionais e a abordagem na mídia.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os argumentos foram fundamentados em dados e informações obtidas através da leitura de artigos do ano de 1978, ano da declaração dos direitos animais, a agosto de 2012, notícias de jornais nacionais e internacionais eletrônicos e *sites* de Organizações não governamentais de proteção animal de domínio público. A leitura dos artigos que tratam de assuntos como zoonoses, acidentes de trânsito causados por animais abandonados destinou-se a um aprofundamento do tema, enquanto que a leitura das notícias de jornais nacionais teve como objetivo observar o que está sendo tratado na mídia sobre esse assunto e comparar com o que está sendo discutido na base científica. A leitura de jornais internacionais teve como objetivo ver como esse tema é tratado em outros países, as medidas que são/estão sendo tomadas e assim fazer uma comparação com as medidas nacionais a fim de mostrar os êxitos das mesmas e propor estratégias adequadas para nossa realidade. As visitas aos *sites* de ONG's destinou-se ao aprofundamento das questões sociais que levam ao abandono de animais, tendo em vista que essas instituições lidam diariamente com esse problema sendo por tanto a base mais confiável para o entendimento dessa dinâmica de abandono.

Os jornais de tiragem diária foram escolhidos por terem apresentado notícias relacionadas ao tema em diferentes momentos e por serem de diferentes localidades, permitindo uma visão da abordagem do tema em diversas regiões. As notícias foram selecionadas utilizando-se como descritores: “animais abandonados” e “animais errantes” e no caso dos jornais internacionais tais descritores foram ajustados para o idioma de origem do jornal. As notícias internacionais foram selecionadas utilizando-se, também como critério, a mesma data em que as notícias dos jornais brasileiros haviam sido publicadas, devido a diferença no número de publicações nacionais e internacionais. Os jornais nacionais online selecionados foram o jornal do globo (G1), o Jornal do Brasil (JB) e Folha de São Paulo. Enquanto que os jornais internacionais escolhidos foram: Clarín, The New York Times, The Times. A escolha desses jornais se deu devido a um conhecimento prévio de projetos realizados nesses países direcionados aos animais abandonados. A análise das informações conseguidas por meio deste levantamento foi feita de forma comparativa. Os resultados são apresentados em capítulos temáticos definidos com base na análise dos materiais supracitados. Os temas emergentes da análise foram, por sua vez, aprofundados com base na literatura científica pertinente.

### 3 RESULTADOS

#### 3.1 ZOONOSES

##### 3.1.1 Histórico

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), zoonoses são doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos. De acordo com o Ministério da Saúde, as zoonoses são consideradas um grande problema de saúde pública, pois representam 75% das doenças infecciosas emergentes no mundo, tendo estudos demonstrado que 60% dos patógenos humanos são zoonóticos e que 80% dos patógenos animais têm múltiplos hospedeiros. O termo começou a ser empregado, a partir do século XIX pelo Médico Alemão Rudolf Virchow, para caracterizar as doenças animais que podiam ser transmitidas ao homem. Etimologicamente a palavra é originária do grego, sendo que seu prefixo "zoon" significa animal e o sufixo "nosos" significa doenças. Segundo Omar (2005) a amplitude do termo gerou inúmeras discussões com a finalidade de conceituar de uma maneira mais racional e significativa às zoonoses. Em 1966, durante a realização do "3º Encontro de Peritos em Zoonoses da Organização Mundial da Saúde", conseguiu-se chegar a um consenso, definindo-se, então, as zoonoses como o atual conceito cunhado pela OMS. Apesar de o termo zoonoses só começar a ser utilizado a partir de sua inserção na literatura no Século XXI, há referências literárias dessas doenças em tempos anteriores a esse século.

Referências ao mormo e sua transmissão ao homem existem nos escritos de Aristóteles e Hipócrates, que viveram no século IV A.C. Virgílio, poeta romano do século I A.C., reconheceu ser o carbúnculo hemático (antrax) no homem transmitido pelo tosquiamento de carneiros mortos pela doença. (OMAR, 2005).

Segundo Pires (1989) desde a antiguidade o homem associou o surgimento de certas doenças e epidemias com a presença ou influência de animais que trariam o presságio de mau agouro. O que viria afirmar sua teoria é que das dez pragas do Egito, anunciadas por Moisés (Isaías VII 18-19), cinco são animais: rãs, piolhos, moscas, pestes de animais e gafanhotos [...] Há mais de mil anos os povos do oriente relacionavam as epidemias de peste bubônica à presença de ratos e o relato bíblico da derrota dos israelitas pelos filisteus (I Samuel 5) constituiu a primeira referência segura desta doença. Admite-se que as zoonoses ocorram desde os tempos pré-históricos da humanidade, porém é no período neolítico (período da

pedra polida) que as condições favoráveis para transmissão de agentes de doenças transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos se intensificaram, tendo em vista o início de atividades como agricultura e domesticação de animais. O fator de grande importância que contribuiu com o aparecimento de novos patógenos zoonóticos nas populações humanas foi o aumento do contato entre humanos e animais selvagens (DASZAK *et al.*, 2001). Mesmo com evidências dessa relação, somente após a descoberta das características de certas bactérias e outros organismos foi que puderam estabelecer analogias entre muitas doenças contagiosas do homem e dos animais. Segundo Pires (1989) após o estabelecimento da teoria microbiana das infecções por Pasteur, Manson começou a demonstrar o papel dos insetos hematófagos no ciclo da filariose. Para o autor, o desconhecimento da biologia e taxonomia de vetores e reservatórios foi responsável pelo atraso na solução de alguns problemas, como os verificados por Ronald Ross, que, por exemplo, somente em 1883 percebeu que as larvas dos mosquitos criam-se na água e Simond, que demonstrara em 1898 a transmissão da peste através da picada de pulgas, passou por dificuldades para comprovar suas ideias já que distinguia ainda as várias espécies comuns em ratos. Com o desenvolvimento das ciências, essas analogias se realizaram e as zoonoses foram sendo mais discutidas fornecendo bases para que medidas fossem tomadas para a tentativa de erradicação ou cura das mesmas. Porém foi após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial de Saúde, que foi proposta a criação de um setor específico denominado de Saúde Pública Veterinária. Este teve por objetivo a coordenação de ações destinadas a: prevenção e controle de zoonoses; higiene alimentar com prevenção das toxinfecções de origem alimentar; prevenção e controle da poluição ambiental de origem animal e medicina comparativa, que objetiva o avanço no conhecimento de doenças humanas com o estudo de condições comparáveis em animais.

Segundo Vasconcellos (2007) atualmente mais de 200 doenças transmissíveis enquadram-se na definição de zoonoses proposta pela Organização Mundial de Saúde. Diversas têm sido as classificações para as zoonoses, porém a mais adotada é que foi apresentada por Schwabe (1984), por ser considerada a mais completa e se basear no ciclo de vida do agente etiológico. Por essa classificação, as zoonoses podem ser: Diretas, Ciclozoonoses, Metazoonoses e Saprozoonoses. Nas zoonoses diretas o agente pode persistir com passagens sucessivas por uma única espécie de animal vertebrado, ex: Raiva. Nas Ciclozoonoses o agente necessita obrigatoriamente passar por duas espécies distintas de animais vertebrados para que o seu ciclo se complete ex: Teniase-Cisticercose, nas Metazoonoses o agente necessita passar por hospedeiro invertebrado para que o seu ciclo se

complete (ex: Leishmaniose) e nas Saprozoonoses o agente necessita passar por transformações que ocorrem no ambiente externo em ausência de parasitismo, ex: Toxoplasmose. As vias de transmissão das mesmas podem ser de dois tipos: transmissão direta, onde o hospedeiro vertebrado infectado transmite o parasita a outro hospedeiro vertebrado suscetível através do contato direto como no caso da raiva e sarna, ou transmissão indireta, onde ocorre através de diferentes vias como

Alimentos (Ex.: leptospirose), Secreções (Ex.: Brucelose.), Artrópodes - (Ex.: febre amarela). Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que as principais Zoonoses, atualmente, são: Febre Amarela, Raiva, Hantavirose, Leptospirose, Peste, Leishmanioses, Febre Maculosa, Doença de Chagas e Toxoplasmose. Dessas, duas pertencem ao grupo em que a notificação dos casos é exigida universalmente, a Peste e a Febre Amarela, e ambas ocorrem no Brasil.

O controle de endemias no Brasil sempre esteve a cargo da União sendo coordenado atualmente pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O trabalho é desenvolvido pelos Agentes de Combate às Endemias, cuja denominação foi criada pela Lei nº 9.490 de 14 de Janeiro de 2008, anteriormente esses profissionais eram denominados agentes de saúde. A primeira abordagem sobre o controle de endemia ocorreu no decreto número 138, de 1º de abril de 1943 que aprova o regulamento dos serviços internos da Prefeitura. Segundo este decreto o Departamento de Fiscalização de Limpeza, seção de zonas fiscais, tinha como responsabilidade fiscalizar a “observância das posturas municipais” e impor sanções legais aos infratores. A Inspetoria de Limpeza Pública era responsável pela apreensão de animais e a Inspetoria de Educação e Saúde tratava das questões de saúde pública, educação e assistência, de acordo com o mesmo decreto. Segundo Sánchez-Ortiz e Leite (2011) o recolhimento de cães nas vias públicas e domicílios nos municípios como prática de controle de zoonoses é uma das medidas mais tradicionais e antigas. Antes de 1940 já eram registradas atividades de captura e apreensão de animais em vias públicas.

Dentre os serviços compreendidos pela Inspetoria de Educação e Saúde o Serviço de Saúde compreendia: o Serviço Médico, que abrangia a assistência médica e hospitalar; o Serviço Veterinário Municipal, composto pela Inspeção Sanitária Animal (serviço sanitário do matadouro e dos mercados) e Defesa Sanitária Animal (profilaxia anti-rábica e assistência veterinária). (JARDIM *et al.*, 1998).

A Lei número 209, de 1947, criava o Departamento de Saúde e Assistência cujas ações de saúde pública estavam relacionadas com a realização de pesquisas em saúde pública, estudo de incidência de doenças, realização de análises de água dos córregos e eleger

prioridade quanto à limpeza destes córregos por parte do Departamento de Limpeza. A criação do mesmo se deve a diversos fatores sendo um deles a intensa “pressão” das tentativas de ações para o controle e erradicação de doenças promovidas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde (OMS), após a segunda Guerra Mundial. Segundo Silva (2003) a capacidade organizativa adquirida pelos sanitaristas norte-americanos durante a guerra e a percepção de que o controle das doenças endêmicas e epidêmicas poderia ser um importante trunfo na busca de aliados durante a guerra fria, fizeram com que o governo norte-americano, através de diversas agências de cooperação internacional, assim como os organismos internacionais de saúde, a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS), empreendessem uma série de ações globais ou regionais com vistas ao controle e a erradicação de doenças, no Brasil, essas ações tiveram pleno desenvolvimento, graças a uma significativa corte de sanitaristas formados no país e no exterior, que havia acumulado uma invejável experiência no controle de diversas endemias ao longo de décadas. Em 1948 torna-se legalizada a matrícula e vacinação de cães na cidade e em 1957 fica estabelecida a jornada de trabalho da função de enfermagem veterinária como tarefa da unidade de Medicina Veterinária Preventiva. Em 1967 o Departamento de Saúde e Assistência é transformado em Secretaria Municipal de Saúde e Bem-estar Social. Em 1970 a Secretaria se torna organizada em três departamentos: Assistência, medicina Preventiva e Fiscalização Sanitária. Com relação ao último departamento, a Seção de Polícia Sanitária participava de ações de saneamento básico e trabalhos de enfrentamento de endemias. Neste mesmo departamento o Setor de Tenda era responsável pela inspeção de matadouros e coordenação e execução da profilaxia da raiva no âmbito veterinário. Mediante tal falta de estrutura, em 1983, o decreto n. 4.537 dispõe sobre a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde criando três órgãos e cinco departamentos, dentre eles o Departamento de Controle de Zoonoses (DCZ). Este departamento, Segundo Jardim (1998) tinha as atribuições de: “executar as atividades necessárias ao controle físico, químico e biológico das zoonoses, executar o controle da população de murinos, artrópodes e outros vetores, executar programas de erradicação da raiva” dentre outras. No ano seguinte o Departamento de Controle de Zoonoses ficou composto, dentre outros, pelo Serviço de Controle de Vetores e Roedores, pelo Serviço de Laboratório de Zoonose e pelo Serviço de Profilaxia da Raiva. Em 1983 o DCZ assumiu totalmente a responsabilidade pelo programa de controle de raiva, executado até então pela Secretaria Estadual de Saúde.

Em 1988 através da Lei 8.080 /90 do Ministério da Saúde, Artigo 6, paragrafo 1 define a Vigilância Sanitária. Através da portaria 1.565/94 cria-se o Sistema Nacional de Vigilância

Sanitária e em 1999 pela Lei 9782/99 cria-se a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Por essa lei a Vigilância Sanitária passa a ser definida como “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos a saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde” (RIO DE JANEIRO, 2012) e suas competências abrangem: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente se relacionam com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, de produção ao consumo; o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde e controle das zoonoses de maior importância em saúde pública. A vigilância sanitária realiza suas ações relacionadas ao controle de zoonoses através dos Centros de Controle de Zoonoses.

### **3.1.2 Centros de Controle de Zoonoses**

Inicialmente criados como parte do Programa Nacional de Profilaxia da Raiva, os Centros de Controle de Zoonoses (CCZ's) são “unidades de saúde pública e tem como objetivo prevenir e controlar as zoonoses - doenças naturalmente transmissíveis entre os animais e os seres humanos - doenças transmitidas por vetores e os agravos produzidos por animais peçonhentos e controle de animais incômodos” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2012). Segundo a Secretária Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, juntamente com os CCZ's de São Paulo e Brasília, o CCZ do Rio de Janeiro foi um dos primeiros a serem inaugurados na América Latina, construídos como unidades modelo. As ações dos CCZ's tendem a serem diferentes, quanto a parcerias e atividades, de acordo com o Estado em que estão alocados. No Rio, o CCZ atua em algumas ações em parceria com a Secretaria Especial de Proteção e Defesa de Animais (SEPDA), enquanto o CCZ de São Paulo possui parceria com o Programa de Proteção e Bem Estar de Cães e Gatos (PROBEM), porém os eixos de ações de todos os CCZ's têm por base: Atuação sobre emergências relacionadas a animais, Educação em saúde, Fiscalização de criação, comércio e eventos relacionados com animais e Fiscalização e controle de vetores de reservatórios. A atuação sobre emergências relacionadas a animais diz respeito a denúncias recebidas relacionadas a casos como atropelamento de animais em vias públicas, animais com suspeitas de mordedura por morcegos, ataques de animais com suspeita de alguma doença. Esses são os únicos casos em que os CCZ's fazem recolhimento de animais, sendo garantido por leis dos diversos estados, como aponta o CCZ de Vila Velha:

Vale lembrar que, depois da aprovação da Lei 4.726/2008, o trabalho da carrocinha foi modificado no município. Desde então, são recolhidos apenas animais atropelados, agressivos,

cadelas no cio ou em estado avançado de doença. Animais que têm uma convivência pacífica com as comunidades não são mais recolhidos. No caso dos morcegos, são atendidos apenas os casos de animais que estejam em comportamento atípico, como os que são encontrados durante o dia (CCZ VILA VELHA, 2012).

O eixo Educação em Saúde se dá basicamente através de campanhas de vacinação anti-rábica e, em alguns estados, através de campanhas para adoção dos animais. A ilustração a seguir mostra o folheto da campanha de vacinação anti-rábica realizada no Estado do Rio de Janeiro em setembro de 2012.

**Figura 2 - Campanha de vacinação**



Fonte: Prefeitura do Rio.

Alguns CCZ's realizam parcerias para a realização da educação em saúde, como é o caso do CCZ de Camaçari/BA que em parceria com os agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias de quatro unidades de saúde do Município realizam atividades de divulgação da campanha de vacinação anti-rábica. As fiscalizações se dão por meio de visitas realizadas por técnicos do CCZ's. A Fiscalização de criação, comércio e eventos relacionados com animais possui o propósito de averiguar a possível existência de um foco para as zoonoses ou detectar possíveis irregularidades em produtos e serviços, liberar



alvará para a comercialização (*pet shop*) ou serviços (clínicas veterinárias), relacionados a animais, oferecidos à população. Fiscalização e controle de vetores de reservatórios, denominada como serviço de Vistoria Zoossanitária em algumas regiões, tem como objetivo a diminuição dos riscos à saúde humana, ocasionadas pela convivência homem- animal inadequadas, e evitar que os animais sejam submetidos a abusos ou maus tratos. Como exemplo de situação que há a intervenção do CCZ se tem a criação de número excessivo de cães ou gatos (pela lei municipal de Carapicuíba/SP nº 2.904/09 é permitido até 10 animais por domicílio) ou criados em condições inadequadas de higiene, ou presença de entulho ou alimento que favoreça a infestação por animal sinantrópico, entre outros. As visitas podem ter origem de exigência do próprio proprietário do estabelecimento, em busca do alvará para o funcionamento, como através de denúncias “encaminhadas pela população em geral, órgãos públicos e outros (Associações Protetoras de Animais, Associação de Moradores, Delegacia do Meio Ambiente, Ministério Público entre outros).” (CCZ DE SÃO PAULO, 2012). O técnico do CCZ atendendo às solicitações fiscaliza o local da denúncia onde poderá orientar, intimar e se constatada a infração, impor penalidades conforme determinação do Código Sanitário do Município, de acordo com a gravidade do problema encontrado e com os prazos legais concedidos. Segundo dados do CCZ de São Paulo 85% das solicitações referem-se à criação de cães e gatos e em sua maioria dizem respeito ao manejo inadequado, principalmente, quanto à falta de higiene na criação, alojamento impróprio, excesso de animais e animais não domiciliados, levando a maus tratos e maiores riscos à saúde pública devido à zoonoses.

### 3.1.3 Principais Zoonoses

Segundo Delia Grace *et al.* (2012) 2,4 bilhões de pessoas sofrem de doenças infecciosas transmitidas por animais, levando 2,2 milhões de pessoas a óbito por ano. No Brasil cerca de 50 doenças aparecem como causas de internação no SUS por doenças infecto-parasitárias, destas pelo menos seis são zoonoses como peste bubônica, brucelose, leptospirose, raiva, leishmaniose e equinococose. “As notificações de zoonoses e doenças transmitidas por vetores representaram o grupo de evento de maior ocorrência, com 40% (273/673) das notificações” (BOLETIM EPIDEMIOLOGICO, 2010). Segundo Vianna (2003) o aumento no número de casos de doenças infecciosas tem relação direta com a intensificação dos sistemas de criação, que permite uma maior manutenção e transmissão das doenças, principalmente em países onde não ocorre uma vigilância ativa sobre as

enfermidades e que, conseqüentemente, possuem uma deficiência no controle sobre as mesmas. Dados coletados durante a pesquisa apontam que as principais zoonoses que possuem relação entre sua incidência e a presença de animais abandonados são: Raiva, Febre Maculosa, Leptospirose, Toxoplasmose e Leishmaniose.

A Raiva é uma zoonose que acomete mamíferos e sua forma de transmissão se dá “através da inoculação do vírus presente na saliva do animal infectado, em geral por mordida, e mais raramente por arranhaduras ou lambeduras de mucosas ou pele com solução de continuidade” (ZOOLOSES.ORG, 2010). Segundo dados da OMS, estima-se que a raiva canina provoca anualmente cerca de 55.000 mortes em humanos no mundo. Segundo dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), no Brasil nos últimos dez anos foram notificados 163 casos humanos, sendo que 47% (77/163) foram transmitidos por cães e 45% (73/163) por morcegos. Na década anterior foram registrados 412 casos, dos quais 72% (297/412) tiveram o cão como agressor e 12% (49/412), os morcegos. Assim como o aumento das notificações, os atendimentos antirrâbicos humanos notificados, também, tem aumentado nos últimos dez anos. Dados apontam que "em 2000, foram registradas pelo menos 234 mil ocorrências e, no último ano, mais de 440 mil atendimentos. Em 2009, aproximadamente 84% (369.600/440 mil) dos atendimentos referiram exposição a cães domésticos, e 11% (48.400/440 mil), a gatos.” (BOLETIM EPIDEMIOLOGICO, 2010). Como não existe tratamento para a raiva, as medidas que se tomam em relação à mesma são de prevenção. A prevenção se dá através da vacina anti-rábica, que é indicada a pessoas que por força de suas atividades estão expostas ao risco de infecção pelo vírus rábico, tais como: médicos veterinários, biólogos, e da vacinação animal que ocorre anualmente. Outras medidas atualmente vêm sendo desenvolvidas. Segundo o Boletim Epidemiológico (2010) para garantir que não haja circulação do vírus da raiva em cães foi pactuado na PAVS o envio de 0,2% de amostras caninas, com suspeita de doença neurológica, para exame laboratorial da raiva. Outra estratégia adotada para o controle da raiva canina foi à substituição da vacina, produzida em tecido nervoso de camundongos, pela de cultivo celular. Em 2009, para as áreas consideradas de risco (região Nordeste, Corumbá/MS e Marabá/PA) iniciou-se a substituição da vacina, finalizando-se o processo em 2010 para todo o país. A cobertura vacinal canina de no mínimo 80% é outra pactuação feita na PAVS. No ano de 2009, foram vacinados 19.133.345 cães e 4.039.327 gatos, com cobertura vacinal canina de 81%.

A Febre Maculosa é uma zoonose que tem sua transmissão através da picada de carrapatos infectados ou através da infecção de lesões na pele pelo esmagamento do carrapato. Acomete cães, seres humanos, gambas, coelhos e atualmente “a participação de

equídeos no ciclo de transmissão está sendo discutida, havendo evidências de que além de transportadores de carrapatos potencialmente infectados podem atuar como sentinelas, semelhantemente aos cães” (ZOOLOSES.ORG, 2010). É uma doença de notificação compulsória, tendo sido incluída na lista nacional de doenças de notificação compulsória, conforme Portaria/MS nº 1.943, de 18 de outubro de 2001, porém somente a partir de 2007 passou a integrar o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) apontam que em 2008, foram notificados 1.259 casos da doença, entre esses, foram confirmados 6,9% (87/1.259) sendo que 28,7% evoluíram para óbito (25/87). O gênero masculino foi o mais acometido com 64,3% (56/87) dos casos e a faixa etária predominante foi a de 20 a 40 anos (34,5%; 30/87). A zona rural foi a de maior importância para a transmissão da doença (49,4%; 43/87) e em relação ao ambiente, destacou-se o domiciliar (34,8%; 32/87). Esses dados apontam que a população ativa é a mais acometida, tendo um impacto direto, além do setor da saúde, no setor econômico. Em maio de 2012 essa zoonose ficou em destaque devido a casos ocorridos na Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA), onde segundo o jornal O Globo além das cinco mortes por febre maculosa registradas desde abril de 2011, doze funcionários da SUIPA apresentaram, em 2012, sintomas semelhantes aos da doença. O tratamento se dá através da utilização de fármacos e a prevenção através de práticas como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) ao manejar animais, higiene do animal e do local de habitação do mesmo.

A Leptospirose é uma zoonose de notificação compulsória que tem como principal reservatório roedores sinantropicos, porem acomete o ser humano, animais domésticos (cães, bovinos) e silvestres. Sua transmissão resulta da exposição à água ou alimentos contaminados por urina ou tecidos provenientes de animais infectados. A leptospirose é uma zoonose de ocorrência mundial que é amplamente disseminada, assumindo importância como problema econômico e de saúde pública. Dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) indicam que no Brasil, no período de 2001 a 2008, foram confirmados 27.330 casos de leptospirose (média de 3.416), variando de 2.773 (em 2002) a 4.373 casos (em 2006). A letalidade no país, nesse período, foi de 11,1%. Em 2008 foram confirmados 3.493 casos, sendo 85,3% (2.979/3.493) por critério laboratorial. Desses, 80,5% (2.814/3.493) eram em pessoas do gênero masculino e a faixa etária mais acometida foi a de 20 a 49 anos (61,0%; 2.130/3.493). O tratamento da leptospirose é através da utilização de fármacos e a prevenção se dá na forma da vacinação dos cães e investimento em saneamento básico.

A toxoplasmose acomete aves e mamíferos, sendo os felinos seu principal

reservatório. A transmissão se dá através da ingestão de alimentos e água infectados e pelo contato com solos contaminados com oocistos do *T. gondii*. Segundo Araujo *et al.* (1994) a chave da epidemiologia da toxoplasmose parece ser o gato de rua, pois são os únicos hospedeiros que apresentam a forma sexuada. A areia e solo infectados por fezes contendo oocistos são fontes duradouras de infecção, sendo essa relação pontuada por diversos autores. Segundo o Manual de zoonoses (ZOOLOSES.ORG, 2010) no Brasil, o primeiro surto de toxoplasmose comprovadamente causado pela água ocorreu na cidade de Santa Isabel do Ivaí, PR, em dezembro de 2001, onde um dos reservatórios que abastece a cidade foi contaminado por oocistos liberados pelos filhotes de uma gata doméstica que vivia no local (SILVEIRA, 2002). Mais de 600 pessoas se infectaram e sete gestantes soroconverteram, destas, seis bebês foram infectados e houve um caso de aborto (BRASIL, 2002). A toxoplasmose é em geral uma doença benigna, exceto em grávidas (pois elas podem transmitir a doença para o feto, através da placenta) e em pessoas imunodeprimidas (com deficiência do sistema imunológico). Segundo Lagoni *et al.* (2001) o *Toxoplasma gondii* multiplica-se na placenta, difundindo-se para os tecidos fetais, com consequências mais sérias aos fetos, no primeiro terço ou metade da gestação, apesar de quanto mais adiantada a gestação, maior a probabilidade da infecção fetal, os riscos de fetopatias graves são menores. Muitas pessoas do todo o mundo são infectadas por esta doença, mas em geral são assintomáticas. Nos países em desenvolvimento o número de soropositivos é geralmente entre 40 e 80% da população (PORTO, 2005). O tratamento da toxoplasmose se dá através da administração de fármacos e a prevenção através de medidas educativas, tais como evitar alimentos crus ou malcozidos, e a manutenção dos animais restrita ao ambiente doméstico, evitando que estes caçam e adquiram a infecção a partir de roedores e aves (LAGONI *et al.*, 2001).

A Leishmaniose pode ser de dois tipos: visceral e tegumentar. Segundo a OMS são registrados anualmente 500 mil novos casos de Leishmaniose visceral, com 59 mil óbitos. Ela acomete ser humano, cão, raposa, marsupiais e sua transmissão ocorre através “da picada de insetos flebotomíneos das espécies *Lutzomyia longipalpis* e *Lutzomyia cruzi* infectados com as formas promastigotas do agente” (BOLETIM EPIDEMIOLOGICO, 2009). É uma zoonose de notificação obrigatória e segundo o Boletim epidemiológico 2009, dos casos registrados na América Latina, 90% ocorrem no Brasil e devido à sua magnitude e alta letalidade – principalmente em indivíduos não tratados e crianças desnutridas – e ao fato de ser emergente em portadores da infecção por HIV, a LV é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma das seis doenças endêmicas de maior relevância no mundo. Dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) apontam que em 2008 foram confirmados 3.852 casos de

Leishmaniose Visceral, sendo que destes 136 apresentaram coinfeção *Leishmania*/HIV. Desses, 73,5% (100/136) no gênero masculino e 76,5% (104/136) na faixa etária de 20 a 49 anos. Devido o aumento do número de casos de coinfeção *Leishmania*-HIV, a OMS avalia a possibilidade de definir a LV como doença indicadora da Aids. Há o Programa Nacional de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral implementado pelo Ministério da Saúde, onde as estratégias de controle da Leishmaniose Visceral estão “centradas no diagnóstico precoce e tratamento adequado dos casos humanos, vigilância e monitoramento canino com eutanásia de cães com diagnóstico sorológico ou parasitológico positivos, vigilância entomológica, saneamento ambiental e controle químico com inseticida de efeito residual e medidas preventivas direcionadas ao homem, ao vetor e ao cão.” (ZOONOSSES.ORG, 2010). A Leishmaniose Tegumentar acomete o ser humano, cães, equinos, gatos. Sua transmissão ocorre “pela picada das fêmeas de mosquitos flebotomíneos infectados pelo patógeno” (ZOONOSSES.ORG, 2010).

Segundo dados da Secretaria de Vigilância em Saúde, em 2008 foram notificados 19.992 casos de Leishmaniose Tegumentar, sendo que destes 1,3% (267/19.992) eram HIV positivo. Devido a essa coinfeção, “a partir de 2007 foi inserida na ficha de Leishmaniose Tegumentar uma variável específica para conhecer o perfil da coinfeção entre os casos desse tipo de leishmaniose” (BOLETIM EPIDEMIOLOGICO, 2010). O Tratamento é realizado através da administração de drogas, porém em algumas situações, persiste como um desafio de alta complexidade, principalmente quando ocorre em indivíduos idosos portadores de comorbidades como miocardiopatias, nefropatias e diabetes mellitus, dificultando o manejo terapêutico com as drogas atualmente disponíveis (AMATO, 2006).

As zoonoses possuem diversas consequências, tendo impacto em todos os setores da sociedade. Suas consequências vão desde diminuição de produtividade, devido algumas zoonoses atingirem principalmente pessoas da faixa etária da população ativa, até altos custos para o setor saúde, devido serviços e estruturas utilizadas para o tratamento das mesmas. “Nos EUA estima-se que a cada ano nascem cerca de 3.000 crianças com toxoplasmose congênita, e o custo anual associado aos cuidados com estas crianças é de US\$ 31 a 40 milhões.” (LAGINI *et al.*, 2001). Segundo Sanchez- Ortiz e Leite (2010) algumas das principais causas de internação no Brasil em 1998 para a faixa etária de 0 a 14 anos foram: infecções intestinais, diarreia e gastroenterite; infecções frequentemente originadas por zoonoses. Esse dado nos chama a atenção, pois são infecções que já possuem meios conhecidos de prevenção, como por exemplo, medidas educativas para a prevenção de toxoplasmose, e mesmo assim ainda apresentam altos índices de internação. Esse fato pode ser explicado

devido às medidas de prevenções indicadas pouco levarem os animais errantes (animais abandonados) em consideração, tendo em vista que os mesmos possuem grande potencial de disseminação. Segundo Ragozo (2002) os gatos errantes são importantes reservatórios de endoparasitos, levando a contaminação de locais públicos, entre estes aqueles frequentados por crianças, como parques e bancos de areia, expondo animais domiciliados e o homem a um maior risco de infecção. Os achados do estudo de Ragozo reforçam a importância de animais errantes na epidemiologia dos parasitas gastrintestinais, em especial, das zoonoses, devido ao fato dos gatos hospedarem a maioria desses agentes durante toda a vida, estes animais adquirem especial importância na epidemiologia dessas parasitoses nos animais e no homem. Mesmo com estudos como o de Ragozo, parece que o impacto provocado pela presença dos animais errantes nas taxas de incidência de determinadas zoonoses não são levadas em consideração por parte da academia (pesquisadores) quando se discute meios de prevenção para as mesmas. Esse fato ficou em evidencia durante a busca bibliográfica para a construção desse trabalho, onde poucos autores citaram essa inter-relação.

### **3.1.4 Discussão da inter-relação na academia científica.**

Durante o levantamento bibliográfico desse trabalho, buscou-se nas bases científicas artigos que tivessem como descritores animais abandonados ou errantes. Houve essa dupla de descritores porque alguns autores consideram esses termos distintos. Segundo Campos (2004) o animal abandonado seria aquele que se encontra em estado de abandono, porém não possui nenhum vínculo com um grupo social, os animais errantes são aqueles que mantêm um vínculo social com os humanos, vinculando-se mesmo que temporariamente com a figura de um dono. Porém, nessa pesquisa, os dois termos são considerados sinônimos, pois a população do estudo são os animais que se encontram em estado de abandono, não possuindo nenhum responsável legal. Desses artigos se consideraram aptos como referência para o presente trabalho aqueles que tratassem de zoonoses que pudessem ter como reservatório ou estar na cadeia de transmissão animais domésticos e errantes e que indicassem alguma medida de prevenção. Como resultado se obteve 48 artigos e desses, apenas dez artigos indicavam como medidas de prevenção ou diminuição de zoonoses, alguma ação direcionada aos animais errantes e desses, cinco associavam como medida a eutanásia com animais errantes infectados.

Segundo Soto *et al.* (2005) para o planejamento de ações preventivas e de controle de zoonoses também é relevante conhecer os parâmetros específicos da população de cães de

rua, cuja existência apresenta relação direta com o meio ambiente, e os aspectos culturais da comunidade local. A maior parte dos artigos se dedicava a descrever a zoonose, sua forma de transmissão, tratamento e impactos. A questão dos animais errantes era pouco citada e comentada de forma superficial, não os levando em consideração no momento de indicar medidas para o tratamento da zoonose em questão. Os artigos que citaram os animais errantes de uma forma mais profunda foram os que se dedicaram a realizar estudos que procuravam associar altas taxas de determinada zoonose com a presença de animais errantes. Ragozo (2002) em seu estudo pontua que: comparando os dados obtidos por Gennari, Pena e Blasque, com gatos domiciliados e os descritos por ela com gatos de rua, observa-se que em animais domiciliados 37,6% das 303 amostras examinadas encontravam-se positivas a algum agente, enquanto nos gatos errantes foram 57,97% das amostras (80 de 138) que se encontravam positivas. Apesar dos agentes presentes nos gatos errantes e domiciliados serem

praticamente os mesmos, os valores de ocorrência sempre se apresentaram maiores nos animais errantes.

Em relação às medidas direcionadas aos animais errantes, cinco artigos citaram: ações de recolhimento desses animais, vacinação e campanha de adoção. Segundo Vianna (2003) a raiva é uma zoonose que tem grande interesse para a Saúde Pública, devido possuir “letalidade de aproximadamente 100%; ser passível de eliminação no seu ciclo urbano (transmitido por cão e gato); apresentar medidas eficientes de prevenção em relação ao ser humano e a fonte de infecção, como vacinação humana e animal, disponibilização de soro anti-rábico de qualidade para o homem, bloqueios de foco, recolhimento de animais de rua, entre outros.

Os outros cinco artigos, que citaram alguma medida de prevenção ou diminuição de zoonoses em animais errantes, associaram a prática da eutanásia aos animais errantes infectados. No manual de zoonose 2010 essa questão fica explícita quando se discute sobre a Leishmaniose Visceral e o Programa Nacional de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral. Esse programa foi implementado pelo Ministério da Saúde e tem por objetivo a redução da morbi-mortalidade e a letalidade da LV através de diversas estratégias de ação, tendo entre elas: “Controle dos reservatórios, diagnóstico e eliminação de cães infectados e medidas para evitar a contaminação de cães saudáveis. A prática da eutanásia canina é recomendada a todos os animais sororreagentes e/ou parasitológico positivo.” (ZOONOSSES.ORG, 2010).

A prática da eutanásia atualmente é regulada com base na Resolução nº 714, de 20 de junho de 2002, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que dispõe sobre os

procedimentos e métodos de eutanásia em animais e das outras providências. Porém por ser uma prática bastante antiga, principalmente utilizada por alguns CCZ's como forma de controlar a superpopulação de animais errantes, alguns autores ainda associam a mesma como medida de controle de zoonoses nos animais errantes. "Uma das medidas adotadas nas cidades para evitar a transmissão de zoonoses tem sido a eliminação de cães de rua, mas desde a promulgação da Lei n. 12.916 que veda a eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, esse tipo de medida deve ser substituída por outro tipo de alternativa." (SÁNCHEZ-ORTIZ; LEITE, 2011).

A questão da eutanásia em animais errantes será discutida mais profundamente no capítulo dois, porém se pode adiantar que essa prática não é eficaz para nenhum dos dois objetivos para quais ela foi originada: tentativa de contribuir para a diminuição das zoonoses, pois leva em consideração os animais já infectados tentando evitar que os mesmos tenham contato com os não infectados, e para a diminuição da superpopulação de animais errantes. Segundo Machado (2007), diferentes grupos de pesquisa chegaram à conclusão de que a eutanásia ("sacrifício") não resolve o problema porque com a diminuição da densidade populacional (canina e/ou felina), diminui também a competição entre os remanescentes, facilitando as condições de sobrevivência e reprodução.

Segundo Brandespin (2006) a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que haja aproximadamente 500 milhões de cães abandonados no mundo e, que no Brasil existam cerca de 25 milhões de cães e 4 milhões de gatos abandonados. Tendo em vista as consequências, sobre o olhar das zoonoses, que essa superpopulação pode vir a provocar, se faz necessário uma maior discussão e pesquisa sobre medidas que levem em consideração a situação desses animais. Como mencionado, 48 artigos citam o abandono de animais como fator de risco para a elevação de casos de zoonoses, porém dos que discute alguma medida para prevenção de zoonoses, poucos discutiram medidas relacionadas aos animais errantes e dos que discutiram, metade tem a eutanásia como medida principal.

Esse dado mostra a necessidade de maior atenção e reflexão, principalmente no que diz respeito a medidas que não levem ao sofrimento animal e a elaboração, divulgação e difusão do conhecimento a respeito de medidas alternativas. Segundo Lima *et al* (2010) em decorrência de sua importância, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, é necessária a adoção de medidas capazes de minimizar transtornos através da aplicação de métodos adequados de prevenção, controle ou erradicação destas doenças. Sendo assim, algumas medidas alternativas para a diminuição dos animais errantes, logo também a diminuição de zoonoses, vem sendo realizadas através de Programas de governos e ações de



Organizações não governamentais (ONG) como será apresentado seguir.

## 3.2 RECOMENDAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA CONTROLE DE POPULAÇÕES DE ANIMAIS.

### 3.2.1 Evolução das políticas da Organização Mundial de Saúde

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) estima-se que existam cerca de 204 milhões de gatos e de 173 milhões de cães no planeta. Atualmente, o Brasil conta com 101,1 milhões de animais domésticos e tem a segunda maior população de cães e gatos do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos que contabiliza 80 milhões de gatos frente a 66 milhões de cachorros. Segundo ainda a OMS, em grandes centros urbanos, há um cão (por exemplo) para cada cinco habitantes, sendo 10% deles em estado de abandono.

O número de animais em estado de abandono vem chamando a atenção das autoridades sanitárias mundiais e da população em geral desde o início dessa prática. O aumento de doenças, principalmente a raiva, fez com que diversas medidas fossem pensadas e executadas com o objetivo de diminuição dessa população e das consequências que esse abandono causa. As primeiras medidas foram à eutanásia e a captura desses animais, sendo as mesmas abordadas no 6º Relatório do Comitê de Especialistas em Raiva da OMS em 1973, que, em síntese, determinava que os animais em situação de rua apreendidos e não reclamados em curto prazo de tempo deveriam ser sacrificados, buscando-se com tal medida erradicar algumas zoonoses.

Segundo a Arca Brasil (2010), a morte foi a resposta para esse “excesso” de animais, tendo os EUA, na década de 70, eliminado 12,5 milhões desses animais a cada ano. No Brasil não foi diferente, a política de captura e extermínio foi intensa, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. A política de captura se dava através das carrocinhas, que é o nome dado aos veículos que os Canis Municipais ou os Centros de Controle de Zoonoses usavam para capturar animais errantes, e a política de extermínio dava-se através da prática da eutanásia. A eutanásia era utilizada não somente para diminuir o número de animais nas ruas, mas também o número de animais nos centros para onde os animais capturados eram levados. Segundo Rodrigues *et al.* (2008) uma grande parcela de animais recolhidos pelo serviço público que não são resgatados pelos seus proprietários ou adotados, precisam ser eliminados, porque não há viabilidade para o poder público de manter estes animais indefinidamente nos canis, devido ao custo e à grande quantidade de animais que é recolhida diariamente. De acordo

com o Governo do Estado de São Paulo (2009) no CCZ de São Paulo eram mantidos uma população média de 200 a 300 animais, sendo sacrificados cerca de 60 por dia, chegando a uma eliminação média de 25 a 30 mil cães por ano no período 1997 a 2002. A eutanásia era realizada de diversas formas tais como “tiro de pistola; eletrocussão; câmara de gás e/ou de descompressão rápida; pauladas; enforcamento e injeções letais” (SANTANA *et al.* 2002). Com o passar do tempo e com o aumento das discussões a cerca do bem estar animal, principalmente após a divulgação da declaração universal dos direitos dos animais em 1978, essas medidas começaram a ser questionadas quanto sua eficiência para o controle do número de animais abandonados e quanto aos possíveis direitos animais que estavam sendo violados devido aos métodos que viam sendo aplicados.

Em 1992 o Comitê de Especialistas em Raiva da Organização Mundial da Saúde (OMS) se reuniu e através de estudos realizados concluiu que a captura e o sacrifício de animais não representava uma medida de controle de doença, pois essas medidas não atuavam nas principais causas do problema: a procriação descontrolada de cães e gatos e a irresponsabilidade ou ignorância dos seus proprietários. Segundo o 8º Informe técnico da OMS (1992) o método da eutanásia é ineficaz, uma vez que demonstra, como já apontado, não haver uma redução significativa na disseminação das doenças das quais cães e gatos são vetores, e ainda comprova que a dinâmica populacional destes animais, que está ligada a outros fatores, tais como a capacidade do suporte do meio ambiente (água, comida e abrigo), torna inócuo o simples recolhimento aleatório dos animais para sua consequente execução, pois, com as condições ambientais descritas anteriormente, a reposição é bem célere. Outro fator contribuinte para a ineficiência da eutanásia é a rápida renovação das populações caninas e a taxa de sobrevivência delas que se sobrepõe facilmente à taxa de eliminação, como conclui pesquisa realizada pela WHO entre 1981 e 1988, como parte do projeto da AGFUND/WHO para o controle da raiva humana e canina em países em desenvolvimento:

[...] Não há nenhuma evidência que a remoção de cães tenha trazido impacto significativo para densidades de população dos cães ou para a propagação da raiva. O retorno da população de cães pode ser tão rápido que mesmo com as taxas mais elevadas de remoção registradas (aproximadamente 15% da população de cães), elas são facilmente compensadas por incremento nas taxas de sobrevivência. Além disso, a remoção de cães pode ser inaceitável para as comunidades. [...] Três métodos práticos de controle da população de cães são reconhecidos: limitação do movimento, controle do habitat e controle da reprodução. (WHO, 1992).

No Brasil, através da aprovação da Lei nº 12.916/08 a prática da eutanásia ficou proibida em animais sadios pelos órgãos de controle de zoonoses e canis públicos, podendo

ser usada apenas em situações específicas onde não haja alternativa para salvar o animal. O extermínio de animais sadios é um método ineficaz e oneroso para os cofres públicos, conforme concluiu a Organização Mundial de Saúde (OMS) na década de 80. Segundo Patroneck *et al.* (1996) era gasto 1 bilhão de dólares a cada ano nos EUA com a morte destes animais. Quanto à prática de captura de animais, atualmente a mesma ainda é realizada pelos CCZ's, porém não mais na forma das famosas "carrocinhas". A mesma só é utilizada para fazer recolhimento de animais em situações específicas como "em casos de emergências, potenciais riscos de doença ou outros agravos como agressão." (SÃO PAULO, 2009).

Com a restrição dessas medidas e com a comprovação da ineficiência das mesmas, novas medidas foram sendo pensadas, surgindo então estratégias que visassem à diminuição desses animais abandonados, através de ações que respeitassem ao mesmo tempo os direitos promulgados na declaração dos direitos dos animais. Em substituição aos métodos que eram utilizados, a OMS recomenda atualmente como principal estratégia a vacinação sistemática nas áreas de risco de zoonoses e o controle populacional por meio de captura e esterilização, aliados à educação para a posse responsável de animais.

A OMS entende que o método mais simples e realmente eficiente para o controle da população de cães e gatos, consiste no controle da natalidade pela esterilização e na conscientização da comunidade por meio de campanhas educativas que estimulem a posse responsável. "Esterilizar é hoje a bandeira das entidades de proteção animal e das secretarias de saúde no mundo inteiro (SANTANA *et al.*, 2002). Segundo o veterinário e Coordenador do Centro de Controle de Zoonoses Rogério José da Silva, em entrevista ao Grupo Vira Lata (2011), com essa iniciativa da esterilização será possível controlar populações de cães e gatos prevenindo a transmissão de zoonoses e de outros riscos à saúde pública como mordeduras e acidentes de trânsito, além de preservar o meio ambiente e a biodiversidade.

Com essa nova recomendação da OMS que possui por base a esterilização, a educação e o estímulo a posse responsável, se obtém uma nova lógica e um novo foco para a questão dos animais errantes. Se antes o foco era combater à disseminação de doenças e aos acidentes provocados pelos animais, hoje o foco se torna realizar ações que evitem que novos animais se tornem errantes, promovendo ações que possuam uma lógica de prevenção e não mais contenção de doença. Essa nova lógica contribuiu e vem contribuindo para a construção de programas em toda parte do mundo e para a expansão e renovação das ações realizadas por Organizações Não Governamentais (ONG) de proteção animal.

### 3.2.2 Programas Nacionais e Internacionais

Com as recomendações da OMS diversas iniciativas governamentais e não governamentais têm sido tomadas visando promover a consciência para a guarda responsável e o bem estar animal. Sendo algumas dessas iniciativas parcerias entre essas organizações, como por exemplo, a “Primeira Reunião Latino-Americana de Especialistas em Posse Responsável de Animais de Companhia e Controle de Populações Caninas”, promovido pela Organização Panamericana de Saúde / Organização Mundial de Saúde (OPAS / OMS) e a World Society for Protection of Animals (WSPA), entre os dias 1º a 3 de setembro de 2003, no Rio de Janeiro, Brasil. Segundo Souza (2003) tal evento contou com a participação de dez países da América Latina, cujas conclusões condenaram as até então defasadas políticas adotadas pelos municípios brasileiros, além de proporem uma nova política pública nessa área adequando à realidade latino-americana. Tais conclusões e propostas foram: a) Captura e eliminação não é eficiente; b) Prioridade de implantação de programas educativos; c) Vacinação contra a raiva e esterilização; d) Socialização e melhor entendimento da comunicação canina; e) Monitoramento epidemiológico. Em relação à captura e eliminação a mesma se mostra ineficiente em diferentes pontos de vista como o ético (que será discutido no capítulo quatro), técnico devido dados da OMS mostrarem que a taxa de reprodução dos animais supera a de eliminação e econômico devido aos impactos que zoonoses e mordeduras causam nos cofres da Saúde Pública, sem contar que reforça a posse sem responsabilidade.

A implantação de programas educativos tem por objetivo levar a conscientização dos proprietários dos animais quanto seus deveres com os mesmos e diminuir o número de cães soltos nas ruas e a consequente disseminação de zoonoses. Vacinação e esterilização foram recomendados devido estudos da própria OMS comprovarem que são métodos eficientes no controle da população animal. Com a socialização e melhor entendimento da comunicação canina se tem por objetivo diminuir as agressões a esses animais e a prática do exercício do respeito aos mesmos. O monitoramento epidemiológico tem por objetivo se conhecer a população de determinada localidade para planejar políticas e ações que levem em consideração as características da população para qual medidas serão destinadas.

Além dessa parceria, do ponto de vista das iniciativas governamentais houve a criação de secretarias e de programas que visassem garantir e defender os direitos dos animais, sendo a criminalização e a luta contra o abandono de animais um dos seus objetivos. Nos estados brasileiros a esterilização de animais tem sido a principal ação no que se diz respeito a luta na diminuição de animais abandonados, tendo em vista que a mesma já é garantida

através de diversas leis, em diversos estados.

Em Curitiba a Lei nº 05.00072.2000 institui a campanha permanente de prevenção de doenças provocadas por cães e gatos e a castração dos mesmos, visando evitar sua desordenada proliferação. A lei estabelece, também, que ficará ao encargo do poder público o custeio da castração de animais abandonados ou pertencentes a pessoas carentes. Diferentemente da esterilização outras ações que contribuem para a diminuição da população de animais abandonados como discussões e distribuições de cartilhas sobre posse responsável, registro geral animal, como por exemplo através de microchip, não são muito difundidas e poucos estados garantem o acesso a essas medidas, ficando as mesmas, na maioria das regiões restritas somente a pessoas que possuem condições a informação ou a técnica.

Em muitos estados a esterilização e educação sobre posse responsável estão associadas aos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ's), sendo o oferecimento desses serviços de responsabilidades dos mesmos. Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte (2012) uma das ações do CCZ para diminuir o abandono de animais é a castração. Em 2010 foram castrados, entre cães e gatos, 10.985 animais. Já em 2011, foram castrados 14.203 animais. Porém em alguns estados brasileiros, as ações que promovam bem estar animal não fazem parte da competência dos CCZ's, tendo esses estados criado secretarias de defesa dos animais ou algum programa específico para lidar com tal questão, deixando os CCZ's dos seus estados incumbentes de outras responsabilidades como é o caso dos Estados de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2011 no estado de Porto Alegre foi criada através da lei municipal 11.101, de 25 de julho de 2011 e regulamentada pelo Decreto 17.190, de 08/08/11, a Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA). Essa secretaria é responsável por “estabelecer e executar políticas públicas destinadas à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal em Porto Alegre.” (Lei Municipal 11.101, 2011). Com a finalidade de cumprir o objetivo para qual a mesma foi criada, diversas ações e projetos são coordenados pela mesma, tendo como base nas suas ações a esterilização e a educação para a posse responsável. A esterilização se dá através do projeto “Bicho Amigo” que é uma parceria entre essa secretaria e a Faculdade de Veterinária da UFRGS. Segundo a SEDA (2012) a operacionalização conta com o auxílio de duas unidades móveis que são adaptadas com blocos cirúrgicos e funcionam como clínicas itinerantes para esterilizações de cães e gatos. A Unidade Móvel II é utilizada para

transporte e logística de cães e gatos de famílias em situação de vulnerabilidade social. O veículo tem capacidade para transportar 50 animais para esterilização em clínica veterinária.

A educação para posse responsável se dá através de campanhas de guarda responsável que são realizadas através de uma parceria dessa secretaria com órgãos públicos. Por meio dessa parceria são desenvolvidas campanhas educativas com a divulgação de cartazes em linhas de ônibus e lotações e há, também, distribuição de material informativo sobre ações em defesa dos animais. Essa secretária também possui como uma das suas ações para a diminuição da população de animais abandonados, o incentivo a adoção que se dá através de parcerias com ONG's e através de um projeto desenvolvido pela mesma nomeado de “padrinhos de fim de semana” onde quem quiser ajudar um dos animais abrigados na Área de Medicina Veterinária (AMV), deve procurar a equipe da SEDA e escolher um deles para ficar de sexta a segunda-feira com uma família provisória, sendo os mesmos entregues aos seus “padrinhos” nas seguintes condições: vacinados, castrados, microchipados e em perfeitas condições de higiene.

Assim como em Porto Alegre, o estado do Rio de Janeiro, também possui uma secretaria destinada a defesa dos direitos dos animais. A Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais (SEPDA) do estado do Rio de Janeiro “visa garantir que as leis de proteção animal sejam respeitadas, promover ações para melhorar a qualidade de vida dos animais do município do Rio de Janeiro, executar ações que garantam o controle populacional, além de orientar a população no que diz respeito aos cuidados, deveres e a posse responsável dos animais.” (RIO DE JANEIRO, 2012). Suas ações estão voltadas para a educação ambiental, denúncias de maus tratos a animais, castração e adoção. O programa de educação ambiental consiste no oferecimento de palestras gratuitas sobre cuidados a animais, posse responsável e prevenção a maus tratos.

O SEPDA possui uma parceria com o Programa UPP Social, onde visita semanalmente uma comunidade e realiza duas palestras educativas sobre cuidados a animais. Segundo a Prefeitura do Rio de Janeiro (2012) durante essas visitas é realizado agendamento para cirurgias de esterilização em unidades da SEPDA e os animais da comunidade são chipados e cadastrados sendo seus tutores orientados pelos profissionais dessa secretaria. Há uma ouvidoria de denúncias de maus tratos onde a denúncia pode ser realizada através do número 1746 (atendimento ao cidadão) e o acompanhamento da denúncia pode ser realizado através do telefone ou do site da ouvidoria. A castração se dá, desde 2003, através do programa “Bicho Rio” que oferece serviços gratuitos de esterilização, “como parte de uma política de controle da natalidade animal sem lançar mão do extermínio, como em tempos passados.” (ABREU, 2008). A adoção é mediante ao programa “Adotar é o Bicho” que tem como principais objetivos a adoção e a guarda consciente dos animais.

As campanhas ocorrem uma vez por semana, em diferentes regiões da cidade, e conta sempre com cerca de quinze animais que foram vítimas de abandono.

Diferente dos Estados de Porto Alegre e do Rio de Janeiro que possuem uma secretaria que trata da defesa dos animais, o estado de São Paulo tem suas ações destinadas aos animais realizadas através do programa de governo denominado Programa de Bem Estar Animal (PROBEM). O PROBEM foi criado em 2009 através do Decreto Municipal nº 50706 com o objetivo de “reduzir o número de animais abandonados da cidade de São Paulo, protegendo-os, garantindo seu bem-estar e também prevenindo agravos a saúde pública e ao meio ambiente.” (Lei Municipal 15023, 2009) e possui cinco pilares principais: (1) Educação em posse responsável, (2) Esterilização em massa de cães e gatos; (3) Registro de animais; (4) Adoção responsável; (5) Incentivo à criação de leis que deem suporte a essas ações.

A educação em posse responsável é através do programa “Para Viver de Bem com os Bichos” que se destina a professores da rede pública e privadas e profissionais que desenvolvem projetos tanto na área de educação quanto nas áreas de controle de população e zoonoses. O objetivo é preparar os profissionais multiplicadores para educar alunos e comunidade, visando à melhoria da convivência das pessoas com os animais. Essa educação continuada em posse responsável e manejo adequado do ambiente para o controle da fauna sinantrópica é desenvolvida desde 2001. Segundo a prefeitura do estado de São Paulo (2012), entre os anos de 2002 e 2005 essa educação continuada treinou 1.146 escolas particulares e municipais de ensino fundamental com 14.000 educadores envolvidos, onde manuais foram distribuídos, contabilizando 98.500 alunos da Educação Infantil e

97.200 alunos de Ensino Fundamental ciclo 1 e 2. Também realizam campanhas publicitárias televisivas e em rádios, envolvendo temas como: guarda responsável e abandonos. Também promovem o curso de capacitação de médico veterinário do coletivo para médicos veterinários do CCZ. A esterilização se dá através de convênios com entidades de proteção animal e é gratuita. O Registro de Animais ocorre através do Registro Geral Animal (RGA) que é um registro feito para identificar todos os cães e gatos do município, obrigatório pela Lei Municipal 13.131/2001.

Segundo o PROBEM (2012) o animal registrado recebe uma plaqueta com um número e deve usá-la permanentemente presa à coleira e o não cumprimento da lei pode acarretar em multa. A adoção é promovida através de feiras de adoção que fazem parte da campanha “Adote um Amigo” e através do próprio site do PROBEM se pode ter acesso aos animais que estão disponíveis para adoção. Em 2010 esse programa lançou o Núcleo de Proteção e Bem-Estar cujo objetivo é acolher e cuidar da adoção dos animais, prática essa que antes era

realizado pelo Centro de Controle de Zoonoses. Segundo a Prefeitura do Estado de São Paulo (2010) dessa forma, os bichos têm um lugar feito especialmente para eles e o CZZ ficará responsável somente pelo controle de doenças transmitidas pelos animais.

Assim como no Brasil, outros países também sofrem com a problemática dos animais abandonados. Notícia publicada em janeiro de 2012 pela revista *Época* de São Paulo chama a atenção para a elevação no número de animais abandonados na Europa, devido a crise econômica enfrentada pela mesma. Como visto anteriormente, o desemprego é um dos principais motivos que levam ao abandono, motivo esse que levou, também, os governos internacionais criarem programas e leis que tentem diminuir essa população e garantir o bem estar desses animais.

Segundo Santana *et al.* (2002) alguns países da Europa, como a França e a Itália, e cidades como a de Buenos Aires e Rosário, na Argentina, seguindo as recomendações da OMS sobre as estratégias para a diminuição da população de animais abandonados, condenaram o sacrifício de animais errantes como política pública de saúde e passaram a adotar o método de controle da reprodução dos animais. Nesses países, assim como no Brasil, antes dessa nova concepção eram também adotados os métodos de captura e eliminação de animais errantes como medidas para a diminuição dessa população.

Na Itália, desde 1991, o sacrifício de animais errantes como método de diminuição dessa população, é condenado pela Lei 281/1991. Essa lei, também, proíbe o mal- trato aos fatos errantes e de acordo com a mesma, os gatos que vivem em liberdade, depois de serem esterilizados pela autoridade sanitária competente do local, devem ser readmitidos em seu grupo, somente sendo sacrificados quando acometidos por doença grave ou incurável.

Segundo o Boletim Epidemiológico Paulista (2005), no Brasil essa devolução à comunidade de origem já é recomendada pela Secretaria Estadual do Rio de Janeiro, como fortalecimento a essa iniciativa em 2004 criou-se o conceito de cão comunitário através do Decreto Municipal Carioca nº 23.989, de 19 de fevereiro de 2004. Na França essa ação de devolução do animal “livre” a sua comunidade, após sua esterilização, também é utilizada. Juntamente com a esterilização dos animais domésticos, a França permite através da lei nº 99-5, de cinco de janeiro de 1999, essa população de gatos livres e esterilizados pelo governo, o que eles chamam de “chats libres”. Por essa lei se pode realizar a captura de gatos, sem proprietário e que vivam em grupo nos lugares públicos do município, com o objetivo de providenciar sua esterilização e sua identificação, sendo devolvidos nos mesmos lugares em que foram encontrados. A lógica da captura desses animais nesses países é baseada na diminuição dessa população através da queda da taxa na reprodução e não na eliminação dos



mesmos.

Segundo Santana (2002) os cães capturados passam por um programa de esterilização e ficam esperando o resgate ou a adoção em canis municipais ou nos denominados refúgios para cães. Em outros países como Estados Unidos, Inglaterra e Japão os métodos de esterilização também são largamente utilizados. Segundo a ARCA BRASIL (2010), o EUA faz da economia de mercado seu diferencial e incentiva uma saudável competitividade. Nesse país, não só ONG's e agências ligadas ao governo, mas veterinários particulares criaram clínicas onde é possível castrar o animal a preços reduzidos com técnicas eficazes e sem pós-operatório.

Aliado ao método da esterilização na Inglaterra e na Irlanda, um dos principais métodos que vem sendo de grande contribuição para a diminuição da população de animais errantes é a obrigatoriedade da identificação eletrônica dos animais domésticos através da implantação de microchips. Em 2002 o Parlamento Europeu emitiu normativa estipulando prazo e regras para que todos os animais de estimação da Europa sejam identificados através do microchip. Segundo Notícia publicada pelo jornal online “A Notícia” em março de 2010, a Irlanda e Inglaterra obrigam a identificação eletrônica dos animais desses países, tendo a Comunidade Europeia limitado essa exigência até julho de 2011. Em outros países como Austrália, Japão, Canadá e EUA os microchips são exigidos para a entrada de animais nos mesmos. No Brasil alguns estados já possuem leis que obrigam essa implantação como é o caso de São Paulo e Porto Alegre.

Em países da América Latina iniciativas relacionadas a diminuição dos animais abandonados e garantia dos direitos dos mesmos, também vem sendo realizadas como é o caso da cidade de Rosário na Argentina que possui o Instituto de Salud Animal (IMUSA). Segundo o Governo da cidade de Rosário (2012) o IMUSA atende animais de ruas e animais que possuem donos e necessitam de tratamento anti-sarnico, vacinação anti-rábica, esterilização. Trabalha também na conscientização sobre a relação homem – animal – meio ambiente através de atividades de adoção de animais, registro único, divulgação de informações sobre cuidados com os animais, prevenção de zoonoses, posse responsável. O Instituto é mantido com verbas governamentais e principalmente, com recursos privados, adquiridos mediante campanhas de conscientização que estimulam a guarda responsável. Segundo Santana (2002), a adoção da esterilização e a educação comunitária permitiu que há quase vinte anos não exista registros de nenhum caso de raiva na cidade de Rosário, além de permitir o controle da população de animais de rua, permitir o equilíbrio do meio ambiente e promover o respeito ao direito à vida e ao bem-estar do animal.

Todos esses programas e ações do governo vieram sendo desenvolvidos gradualmente e ganharam impulso principalmente após as recomendações da OMS em 92. Segundo Júnior (2012) anteriormente a esses programas, o que se tinham destinados aos animais por parte do governo eram políticas que não se preocupavam com o bem estar dos mesmos, limitando-se apenas ao controle de zoonoses, sendo então as Organizações Não Governamentais de Proteção Animal a única esperança de vida para milhares de bichos abandonados pelas ruas.

### 3.2.3 Organizações Não Governamentais (ONG) de Proteção Animal

Segundo Campos (2004) a domesticação dos animais ocorre a aproximadamente 12.000 anos, tendo sido o cão a primeira espécie domesticada pelo homem. Tal dado nos mostra que a relação homem – animal é anterior a qualquer formulação de leis ou medidas a cerca dos direitos animais, sendo essa relação mediada e tratada de acordo com a visão individual que cada proprietário tem a respeito do seu animal. Por essa visão alguns animais poderiam ser considerados objetos como na Roma antiga onde “os romanos classificavam, primariamente, os animais de acordo com os seus interesses econômicos, sendo então classificados como *res mancipi*, ou seja, coisa passível de apropriação para fins econômicos e socioculturais, como era o caso dos animais domésticos”(SANTANA *et al.* 2004), por outra cultura eram considerados sagrados como os gatos no antigo Egito onde eram considerados divinos, de tal ordem que, se um deles morresse de morte natural, as pessoas da casa raspavam as sobrancelhas em sinal de luto.

Leis de proteção animal começam a surgir a partir do século XVIII, sendo a França o primeiro estado a adotar uma legislação de proteção à fauna através do código penal de 1791. Em 1822 na Grã- Bretanha é promulgada uma lei específica nacional destinada à proteção aos animais, proibindo os maus-tratos aos mesmos, porém essa promulgação não vem acompanhada de nenhum serviço ou instituição do governo que visem garantir o cumprimento das mesmas. A partir deste cenário e com o objetivo de representar os animais e fazer cumprir a lei, foi criada a *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals*, entidade destinada a representar os animais e fazer cumprir a lei. É considerada “a organização de direitos animais maior e mais antiga do mundo, além de ser uma das maiores organizações benéficas do Reino Unido” (RSPCA, 2011) possuindo ações de resgate de animais abandonados, oferecimento de cuidados e tratamentos veterinários, educação de posse responsável e de bem estar animal. A partir da criação dessa associação, diversas outras foram sendo criadas em todo o mundo no formato de organizações não governamentais de

proteção animal, como a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA), Arca Brasil e a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA).

Segundo a Associação Brasileira de Organizações não governamentais - ABONG (2010), estima-se que no Brasil existam cerca de 232 ONG's voltadas à preservação do meio ambiente e proteção animal. Através de suas ações as mesmas diminuem o número de animais abandonados, tendo em vista que as organizações destinadas à proteção animal possuem, em sua maioria, abrigos para o recolhimento desses animais sendo esse o caso da SUIPA. A Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA) é uma ONG de proteção animal criada em 1943 por protetores. Inicialmente chamava-se Sociedade União Infantil Protetora dos Animais, devido os protetores dessa sociedade contarem com a ajuda de seus filhos no tratamento dos cães doentes que eram recolhidos das ruas, sendo esse animais atendidos em um pequeno barracão localizado na atual Avenida Dom Hélder Câmara onde essa ONG se encontra instalada até os dias atuais. Segundo a SUIPA (2010) no final dos anos 50, as crianças deixaram de participar do atendimento aos animais resgatados e os novos diretores cadastraram a mesma como Sociedade União Internacional Protetora dos Animais.

Com 70 anos de existência a SUIPA continua promovendo ações de recolhimento de animais nas ruas, ação inicial que lhe deu origem, porém além do recolhimento outras ações são desenvolvidas por essa organização como assistência veterinária com preços populares, sendo o dinheiro arrecadado desses atendimentos direcionados a cobrir diversas despesas da entidade. Por ser uma ONG não possui verbas do governo, tendo que promover ações para recolhimento de verba a fim de manter seu abrigo entre outros gastos. Além dos atendimentos veterinários a preços populares, outra medida para ganho de verba são os pedidos de doações aos chamados “associados” a SUIPA. “Contamos muito com a solidariedade dos associados e de todos os amigos colaboradores que acompanham e respeitam o nosso trabalho.” (SUIPA, 2010), porém muitos deixam de doar devido associarem o trabalho desses abrigos com o trabalho de eliminação que eram, e em algumas localidades ainda são, realizados pelas autoridades sanitárias.

Entretanto, muitas dessas ONG's foram e são responsáveis pelas denúncias sobre os sacrifícios de animais nos canis do governo. Notícia publicada em julho de 2012 no G1 trata de denúncias realizadas por ONG de proteção animal sobre o sacrifício de animais saudáveis num canil municipal em Sorocaba. Há ONG de proteção animal que não possuem abrigos, porém fornecem apoio a diversos projetos de proteção animal e atuam nessa causa através de outras ações, sendo este o caso da Arca Brasil e da WSPA.

A Arca Brasil é a Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar Animal e foi

criada em 1993 com o objetivo de promoção do bem-estar e o respeito aos direitos dos animais. A mesma possui a proposta de “interligar profissionais (em particular médicos veterinários), saúde pública, proteção animal e sociedade para o aprimoramento das relações homem-animal.” (ARCA BRASIL, 2009). Suas ações estão baseadas na lógica de que a falta de informação é a maior responsável pelo sofrimento animal. Por esse motivo possui um grande investimento na área de divulgação de informação e realização de eventos que discutam questões como posse responsável, maus-tratos, zoonoses, bem-estar animal.

Segundo a ARCA BRASIL (2009) esses eventos se dão nos formatos de congressos, seminários, workshops com especialistas de todo o mundo orientando dezenas de pessoas como legisladores, professores, estudantes, veterinários, profissionais de saúde pública, jornalistas, ONG e amantes dos animais em geral. Além dessas ações essa ONG possui programas de castração, assistência veterinária, adoção, educação continuada e estímulo a criação de ações que visem promover a proteção e o bem-estar animal. A castração e a assistência veterinária se dão através do programa “Veterinários Solidários da ARCA BRASIL” que castram a preços populares ou de graça, a adoção ocorre através do projeto “adotar é tudo de bom” que é uma parceria da ARCA BRASIL com a Pedigree que ocorre desde 2007, a educação continuada se dá através capacitação de educadores das escolas visando gerar agentes multiplicadores junto ao corpo docente das escolas sobre os conteúdos relacionados com o respeito e a posse responsável de cães e gatos. O estímulo a novas ações de promoção de bem estar animal se dá através do programa “Selo Empresa Amiga dos Animais” onde há uma parceria entre a Arca Brasil e empresas, produtos e prestadores de serviço que colaboram para promover a proteção e o bem-estar animal.

De acordo com a ARCA BRASIL, após assinar um Termo de Compromisso, a empresa é autorizada a veicular ou estampar o selo nos rótulos dos produtos e/ou em materiais promocionais; em troca, ela repassa para a ARCA uma contribuição mensal, proporcional ao faturamento. Os recursos obtidos com o selo são utilizados para manter e incrementar a estrutura da entidade, dando continuidade aos seus projetos. Assim como a Arca Brasil, a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA) possui suas ações mais voltadas para o estímulo da discussão dos assuntos referentes ao bem estar e direitos dos animais, porém, diferente da ARCA BRASIL, a mesma apoia ações em todo mundo.

A WSPA esta presente em mais de 50 países, desenvolvendo ações com animais, pessoas e organizações objetivando assegurar o bom trato aos animais. Atua no Brasil desde 1989 “quando apoiou organizações de Santa Catarina na luta contra a Farra do Boi e divulgou internacionalmente essa prática cruel.” (WSPA, 2012). Essa associação atua através de

diversas ações como a realização e a participação de eventos, campanhas, esterilização e ações de educação destinadas ao bem estar animal. Em 2012 a WSPA esteve presente na 11ª Pet South America e da XXIII RITA, em SP, onde promoveu conscientização sobre bem-estar animal através da apresentação de materiais educativos, vídeos e campanha sobre a Raiva. Diversas campanhas são promovidas e apoiadas por essa ONG, abordando diferentes questões relacionadas aos animais como: o não extermínio de animais como medida de diminuição da raiva (campanha da coleira vermelha), fim das touradas, posse responsável.

A WSPA apoia outras instituições nas realizações de suas ações, como ocorreu em 2007 quando a ONG Defensores dos Animais ganhou da WSPA um Centro de Esterilização e Educação (CEE), voltado para cães e gatos. As ações de educação se dão através da distribuição de materiais como panfletos e cursos de capacitação e educação continuada. Em parceria com o Estado de São Paulo em 2003 a WSPA promoveu o Curso de Formação de Oficiais de Controle Animal com objetivo de “capacitar recursos humanos de serviços de controle de zoonoses para o manejo etológico de cães e gatos e para serem multiplicadores dos conceitos sobre guarda e posse responsável dos animais de estimação.” (SÃO PAULO, 2009).

Além dessas ações está presente quando ocorre desastres que possam envolver animais, como são os casos dos terremotos, desabamentos que acabam por contribuir para o desabrigo de centenas de animais, como ocorreu com as fortes chuvas que atingiram a região serrana no rio de janeiro em 2011. Segundo notícia publicada em janeiro de 2011 no site do G1, com as fortes chuvas e com o desabrigo de diversos animais, ONG's de todo país se organizaram para doar rações, água e potes, tentar ajudar cães, gatos, coelhos e cavalos, vítimas da devastação da área. Algumas dessas ações foram coordenadas pela WSPA que em parceria com ONG's afiliadas, Defensores dos Animais (Rio de Janeiro), o GAPA (Itaipava), a AnimaVida (Petrópolis), a Combina (Nova Friburgo) e SOS Animal (Teresópolis), promoveu uma campanha para a adoção e arrecadação de dinheiro ou outro auxílio em forma de produto (ração e medicamentos veterinários para os animais) afim de minimizar o sofrimento desses animais.

Como visto, as Organizações não governamentais de proteção Animal foram as primeiras a realizar ações que levassem a promoção do Bem Estar Animal e proteção dos seus direitos. As mesmas começaram tendo a ação de recolhimento e cuidado desses animais, fato que influencia até hoje a visão que se tem dessas ONG's como as principais responsáveis por esse recolhimento. Porém ao longo do tempo vieram realizando outras ações que pudessem diminuir o número dessa população de animais. Atualmente, assim como as ações

governamentais, muitas das ações realizadas por essas ONG's foram estruturadas com base nas recomendações da OMS, a cerca da esterilização e do estímulo a posse responsável como estratégias eficientes para a diminuição desses animais abandonados.

### **3.2.4 Ações governamentais x não governamentais**

Segundo Júnior (2012) as campanhas de castração tem sido o principal foco dos municípios que desenvolvem políticas de bem estar animal. Como visto a maioria dos programas e políticas destinadas aos animais, possuem suas ações com grande parte concentradas na medida de esterilização. Medida já considerada eficaz por estudos realizados pela OMS, mas que, porém parece “solucionar” metade do problema. Notícia divulgada no Jornal São Leopoldo em Agosto de 2012 chama a atenção para a ineficiência da ação dos programas de esterilização que possuem somente a esterilização como medida, não havendo nenhuma outra ação em conjunto como implantação de microchips, educação sobre posse responsável, discussão sobre o tema.

Diferentemente de países como Argentina, que em 2011 criou um programa Nacional de castração animal que inclui ações para o estímulo a posse responsável, no Brasil o que se observa é que poucos lugares possuem programas que trabalhem com ações dos dois eixos recomendados pela OMS. Na maioria dos municípios brasileiros são oferecidos serviços de castração pelos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ's), porém não há nenhuma outra ação que contemple a recomendação do estímulo a posse responsável.

Os estados brasileiros que possuem programas trabalham também fortemente com a castração em massa de animais e realizam ações que contemplam o eixo da educação de posse responsável através de campanhas, palestras. Porém ao analisar as ações percebe-se a existência de dois tipos diferentes de populações para as quais as mesmas são destinadas. Há a população de animais que já se encontram em estado de abandono e há a população de animais que podem vir a se tornar animais errantes. Na maioria dos programas governamentais por se ter a lógica de prevenção e assim evitar que novos animais virem errantes, os mesmos não realizam medidas diretas que possam atender aqueles animais que já se encontram em estado de abandono nas ruas. As medidas oferecidas por esses programas a essa população se dá de forma indireta através da organização de feiras de adoção, onde animais que foram recolhidos pelos Centros de Controle de Zoonoses são postos para adoção. Porém vale lembrar que os CCZ's só recolhem animais que estejam feridos, que apresentam risco a população ou que se encontram em estado grave de saúde. Medidas mais diretas

destinadas à população de animais que já se encontra abandonada, animais saudáveis ou não, são realizadas pelas Organizações Não Governamentais de Proteção Animal. Como já mencionado, essas Organizações possuem como uma de suas ações o recolhimento de animais, contemplando então tanto os que já se encontram em estado de abandono como atuando na prevenção do não abandono através de suas outras ações como campanhas, castração etc. Além de possuírem ações que contemplem os dois tipos de população de animais, as mesmas se destacam por promoverem ações em situações de desastres. Em entrevista ao Jornal do Brasil em 2011, voluntário de uma ONG de proteção animal fala sobre a falta de atuação do governo perante aos animais atingidos pelas chuvas em Friburgo alegando que antes da tragédia já não era realizada nenhuma ação do governo e que eram vistos muitos animais na rua, tendo esse número aumentando após a chuva cabendo as ONG's de proteção animal ações que pudessem ajudar esses animais.

Além de ações de castração e de educação sobre posse responsável se mostra necessário incentivar a discussão, na academia e principalmente na população, sobre os direitos dos animais e das leis que regem os mesmos, afim de se ter uma população consciente e que possa cobrar que tais leis sejam de fato cumpridas. Segundo Ribeiro (2007), em entrevista para a ARCA BRASIL, a infraestrutura necessária para atender essas novas legislações não foi planejada, se fazendo o debate, seja prévio ou posterior, sempre necessário e fazendo parte de uma educação geral que precisamos transmitir e consolidar para que este problema seja resolvido de forma definitiva, com apoio do governo, das associações, dos profissionais veterinários e do povo. Para que esse debate ocorra se mostra a necessidade de investir e inserir o tema no setor educação “para alcançar e incentivar tal debate deve-se trabalhar melhor a questão educacional, fazendo com que essa educação não seja apenas sentimental, mas, sobretudo racional, mostrando também que o direito dos animais existe e é correlato ao direito dos homens” (LEVAI, 2007) e utilizar meios de comunicação que possibilitem o acesso da população a informação. Dessa forma se mostra a necessidade de se possuir uma mídia que aborde as questões animais e que aponte o que se vem realizando em termos de ações para garantir o bem estar dos animais.

### 3.3 ABORDAGEM DO TEMA NA MÍDIA, ACADEMIA CIENTÍFICA E SITES DE ONG

#### 3.3.1 Mídia Nacional e Internacional

Segundo Caldas (2006) nas sociedades modernas, os meios de comunicação

interferem diretamente na formação/deformação das pessoas, sejam elas crianças, jovens ou adultos, não tendo mais como negar a importância de pesquisas integradas entre os campos comunicação e educação, tendo em vista que os primeiros contribuem para o processo de informação. Para que determinado tema seja debatido em sociedade se faz necessário que a população tenha acesso a informações sobre o mesmo, levando as mídias a terem um grande papel social no que diz respeito a difundir ideias e informações. Nesse trabalho se entende por mídia jornais, televisão e internet que são segundo Silva e Ferreira (2012) os meios de comunicação mais utilizados pela massa da população. Porém mesmo vivendo a era da internet e da digitalização das informações, a televisão no Brasil ainda é o meio de comunicação mais utilizado, por ser o mais acessível nos lares brasileiros.

Segundo o censo de 2009 do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os aparelhos de TV estão presentes em 95,7% das residências o que nos mostra que a acessibilidade da população as informações se dá, principalmente, através desse meio. A internet vem ganhando espaço no cotidiano dos brasileiros, devido a presença de computadores nos lares brasileiros, porém nem todos os computadores possuem acesso a internet. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas existem hoje no país 85 milhões de computadores, dos quais quase 74 milhões possuem acesso à internet. Entretanto, somente 20% tem acesso à banda larga.

O professor de jornalismo das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Luis Fernando Lopes Tabet, lamenta que nem toda a população tenha acesso à internet. “A internet ainda é inacessível a muitas regiões e apenas nos grandes centros as pessoas de todas as faixas etárias começam a utilizar mais a rede do que o televisor”, afirma. “É importante que o governo implemente maneiras mais fáceis e baratas para dar acesso a toda a população”, completa. Em termos de acessibilidade a televisão é o principal meio de comunicação, porém pesquisa realizada pelo jornal “O Povo” em 2012 indica que 37% dos brasileiros utilizam a internet com mais frequência para se manterem informados, 34% utilizam a televisão aberta, 12% utilizam a TV por assinatura, 8% rádios e outros 8% jornais.

Apesar de os jornais terem sido considerados, pela pesquisa realizada pelo jornal “O Povo”, o último meio de comunicação escolhido pela população para se manter informada, por estarem disponíveis em três formatos: online, impresso e através de programas de rádios e telejornais, foi o meio escolhido para ser usado nesse trabalho como a mídia que passa a informações a cerca do tema e para comparabilidade entre notícias nacionais e internacionais.

Os jornais online nacionais escolhidos para a busca de notícias a cerca do tema animais abandonados foram: G1, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo. Os jornais



internacionais escolhidos foram: Clarín, The Times e The New York Times. Os requisitos para as escolhas dos jornais Nacionais foram: notícias a cerca do tema em diferentes momentos, que abordassem notícias de diferentes regiões, além de se ter algum programa governamental no estado como foi o caso da Folha de São Paulo. Os requisitos para a escolha dos jornais internacionais foram: conhecimento prévio de algum programa ou ação destinada aos animais abandonados e que fosse de grande circulação no País.

Ao buscar notícias relacionadas ao tema se utilizou como descritor “animais domésticos abandonados” a fim de evitar notícias que abordassem de animais abandonados, porém que incluíssem os que não eram domésticos que é a população que o presente trabalho procurou abordar por serem os mais encontrados abandonados pelas ruas das cidades. As notícias incluídas nesse trabalho foram as publicadas entre o período de 01/01/1978 (ano da declaração universal dos direitos dos animais) e 31/01/2012 (data limite para o levantamento bibliográfico).

No site do G1, que reúne as notícias publicadas em todos os jornais da editora globo, foram encontradas 45 notícias que envolviam o descritor procurado. Dessas 45 notícias, oito relacionaram animais domésticos abandonados com zoonoses ou algum acidente (como mordidas e acidentes de trânsito) provocados pelos mesmos. Onze notícias traziam reportagens a cerca de programas governamentais destinadas a esses animais, porém somente duas notícias traziam informações de locais e horários para a realização das ações oferecidas pelo programa em questão. As outras nove notícias informavam sobre a criação ou investimento de algum programa e ação de forma geral do mesmo. Duas notícias traziam informações sobre leis animais, porém apenas informavam sobre a criação de alguma lei em determinada região e não traziam posteriormente o andamento das mesmas.

Dezesseis notícias informavam sobre protetores de animais, como exemplo de pessoas que cuidavam de muitos animais, e ações realizadas pelas ONG de proteção animal. Dessas dezesseis, uma abordou sobre a ação de esterilização, informando local e horário de atendimento realizado por uma ONG, duas abordaram sobre adoção e locais que as feiras de adoções eram realizadas, outras duas abordaram sobre as ações de incentivo a posse responsável, quatro abordaram sobre a ação de recolhimento de animais nas ruas realizadas pelas ONG e sete trouxeram reportagens sobre protetores de animais. E do total de notícias encontradas oito traziam reportagens sobre denúncias de maus tratos (agressões ou abandono). Dessas oito, seis eram denúncias a cerca de maus tratos na forma de agressão física a esses animais, chegando algumas ao óbito dos mesmos. As outras duas traziam reportagens a cerca de flagras de abandono.

No Jornal do Brasil foram encontradas 46 notícias relacionadas ao tema, dessas, dez notícias relacionavam o tema a zoonoses ou acidentes provocados pelos mesmos. Seis notícias traziam reportagens sobre ações governamentais, sendo uma abordando sobre o local e horário de atendimento que se poderia conseguir a realização das ações desenvolvidas pelo mesmo. Três notícias tinham como tema a lei, duas eram a cerca da criação de uma lei em determinada região e uma era a cerca da intenção da criação de lei destinadas a animais. Onze notícias abordavam as ações de protetores e ONG's de proteção Animal, tendo cinco dessas abordado sobre a ação de recolhimento de animais pelas mesmas. Do total, treze notícias foram sobre denúncias de maus tratos, sendo dez a respeito de agressões sofridas por esses animais. E nessa busca houve três notícias que foram consideradas perdidas, porque a reportagem não tinha uma relação relevante com o tema estudado.

Na Folha de São Paulo foram encontradas 29 notícias, sendo oito relacionadas a zoonoses ou acidentes, sete abordavam sobre ações governamentais, quatro tratando especificamente do PROBEM, uma sobre a criação do programa, outra sobre as ações e os impactos na diminuição de animais abandonados que o mesmo estava provocando e outras duas sobre locais e ações desenvolvidas pelo mesmo. Cinco notícias abordavam sobre leis animais, sendo uma sobre a obrigatoriedade da implantação dos microchips nos animais em São Paulo e as outras tratavam da criação de futuras leis animais. Oito notícias abordavam sobre ONG e Protetores e animais, sendo três abordando sobre a ação de recolhimento realizada pelas ONG. Uma notícia tratava de denúncia sobre uma agressão a um animal que se encontrava abandonado.

Nos jornais internacionais procurou-se usar o mesmo descritor, variando apenas na linguagem e conservar o mesmo período de busca das notícias. No jornal argentino Clarín se utilizou como descritor “mascotas abandonadas” e o período de publicação das notícias se manteve o mesmo que o proposto no início do trabalho. Foram encontrados 141 notícias, porém para não tendenciar a pesquisa foram selecionadas as 40 notícias, devido os outros jornais pesquisados apresentarem uma média de 40 notícias por jornal, consideradas mais relevantes pelo jornal que possui notícias de todos os anos. Dessas 40, cinco notícias relacionadas a zoonoses ou acidentes, sete notícias sobre programas governamentais, sendo que três notícias informavam sobre locais para a esterilização promovida pelo governo argentino. Oito notícias tratavam sobre leis dirigidas aos animais, sendo duas delas a cerca das possíveis consequências ao praticar maus tratos a animais, incluindo o abandono como um mau trato. Seis notícias eram a cerca de ações promovidas por ONG e protetores de animais, sendo quatro sobre os donativos recolhidos pelos mesmos para manter suas

atividades. Oito notícias eram sobre denúncias, sendo cinco delas a respeito do abandono de animais em determinado local e três a cerca da crueldade de se abandonar um animal. Nove notícias foram consideradas perdidas por não travarem relação significativa com o tema.

No jornal inglês “The Times” se utilizou como descritor “pets abandoned” e o período de busca foi de 01/01/2000 a 31/08/2012, pois o mesmo só permitia recuperar notícias até o ano de 200. Foram encontradas 181 notícias, porém assim como no jornal Clarín foram selecionadas as 40 notícias consideradas notícias que haviam sido publicadas na mesma data que as notícias brasileiras. Duas notícias diziam respeito a zoonoses e acidentes, cinco notícias abordavam sobre programas governamentais, onze notícias eram sobre leis, sendo que dessas, quatro abordavam sobre a obrigatoriedade do microchip, duas a respeito da proibição de vendas de animais para menos de 16 anos e cinco abordavam sobre pessoas que haviam sido condenadas por descumprir alguma lei destinada a animal, como por exemplo um funcionário que vendeu um animal a um menor de 16 anos. Nove notícias se relacionavam com ações de ONG e protetores de animais, chamando a atenção principalmente para o recolhimento que as mesmas vinham fazendo pós-crise europeia. Do total, treze notícias eram sobre denúncias, sendo que duas foram relacionadas a agressão e as restantes tinham relação com o aumento do abandono durante a crise europeia.

No jornal americano “The New York Times” usou-se como descritor “pets abandoned” e conservou-se o período de publicação das notícias proposto. Foram encontrados 1460 resultados, sendo selecionadas, assim como nos dois jornais internacionais anteriores, as 40 notícias publicadas na mesma data que as notícias brasileiras. Dessas 40, seis relacionavam com zoonoses e acidentes, três tratavam de programas governamentais, oito abordavam leis animais, sendo que cinco tratavam da obrigatoriedade do microchip nos animais. Onze tratavam a respeito das ações das ONG’s e protetores de animais e doze tratavam de denúncias, sendo que oito tratavam do aumento do número de animais abandonados em situações de crise econômica.

A partir desses dados, podemos observar que os jornais nacionais se concentram em divulgar, na maioria das reportagens, informações acerca das ações das ONG e de denúncias de agressão a animais. Em quanto que a maioria dos jornais internacionais possuem suas reportagens mais voltadas para a divulgação das leis destinadas a animais. Tal fato pode contribuir para que nós brasileiros vejamos as ONG's como responsáveis pelos animais, enquanto nos outros países pesquisados é mais disseminada a ideia de posse responsável e das leis que os animais estão sujeitos as possíveis consequências que o “dono” pode vir a sofrer causa não cumprir a lei.

Essa diferença de mentalidade pode vir a ser explicada através do incentivo que a academia dá para essas reportagens, pois algo que é bastante discutido e estudado dentro da academia costuma ganhar repercussão na mídia. Levando então, a discussão dentro da academia científica a contribuir para o conteúdo das reportagens e o incentivo da discussão do tema socialmente.

### **3.3.2 Abordagem do tema na academia científica**

Segundo a Universidade Federal do Rio Grande (2010) a produção acadêmica e científica reveste-se da maior importância no conjunto das atividades universitárias, porque é através dela que o conhecimento produzido no interior da universidade é difundido e democratizado – uma das finalidades do fazer universitário – levando até à comunidade/sociedade informações e/ou alternativas para a solução de seus problemas e para o desenvolvimento integrado e sustentável. Porém além de se produzir é necessário divulgar seus resultados, pois a divulgação científica é um processo de inserção social, na medida em que proporciona ao cidadão o acesso ao conhecimento, o que lhe permite participar mais ativamente das discussões a cerca do tema em questão, além de proporcionar a formação da consciência crítica dos mesmos.

Dessa forma os meios de comunicação teriam a função social de disseminar as informações resultantes dessa produção, estimulando assim o exercício da cidadania e contribuindo para uma participação mais efetiva do cidadão no processo democrático. Segundo Pereira (2004) as assessorias de imprensa das instituições governamentais também exercem um papel fundamental nesse processo, atuando como mediadoras entre a comunidade científica e a sociedade e garantindo a esta o acesso aos resultados e perspectivas das pesquisas desenvolvidas e patrocinadas pelos órgãos públicos. Um desafio da comunicação é, mais do que informar a sociedade, desempenhar um papel de agente democrático na socialização do conhecimento, erradicando o "analfabetismo científico".

A mídia então estaria destinada a apresentar em suas reportagens o que se vem discutindo na academia científica. Logo se o tema é discutido no campo acadêmico, isso incentivaria que o seja na mídia. Dessa forma o tema poderia ser apresentado na mídia na velocidade que seria discutido dentro da academia. Porém parece existir uma lacuna entre sociedade e academia. Segundo Pereira (2004) cabe aos divulgadores da ciência sensibilizar a comunidade acadêmica à se integrarem com a sociedade. A aproximação da academia com a sociedade seria útil na orientação da discussão de temas pertinentes para a sociedade. Com

essa aproximação a academia pode levar para discussão problemas que afetem a sociedade e incentivar que juntos cheguem a possíveis soluções e orientações para a resolução dos mesmos.

Para a construção da presente discussão se realizou levantamento bibliográfico de artigos científicos nas bases de dados Bireme e Scielo. Foram selecionados artigos que compreendiam o período de 1978 a agosto de 2012 e utilizou-se como descritores animais abandonados e animais errantes. Foram considerados os artigos que abordassem um dos descritores e que estivessem inseridos no período de publicação estabelecido. Foram encontrados no total 71 artigos que correspondiam aos requisitos estabelecidos. Na base de dados Scielo foram encontrados três artigos quando se usou o descritor “animais abandonados” e 17 quando se utilizou o descritor “animais errantes”. Desses 20 artigos, 17 tinham como assunto principal zoonoses, dois abordavam sobre ações para controle da população de animais, sendo um sobre a anestesia utilizada nos programas de esterilização do governo e outro sobre as ações que ONG's e o governo vinham desenvolvendo para tentar solucionar o problema desses animais, sendo esse último uma pesquisa realizada na Espanha. Houve uma perda, pois o artigo não abordava nada relacionado ao assunto em questão.

Na base científica Bireme ao utilizar como descritor “animais abandonados” foram encontrados doze artigos e ao utilizar como descritor “animais errantes” foram encontrados 39 artigos. Desses 51, foram excluídos onze artigos, pois três já haviam sido selecionados na rede Scielo, um tratava sobre abandono de animais, mas não eram de animais domésticos que foi a população abordada no presente trabalho e os sete não tinham relação com o tema proposto. Dos 40 artigos restantes, 32 tinham como assunto principal zoonoses, um tinha como assunto principal lei animal com foco da legislação e normas a cerca do controle da raiva, três abordavam ações governamentais, sendo dois sobre a ação em questão o trabalho dos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ's) e um abordava sobre os métodos utilizados em São Paulo no recolhimento de animais. Dois artigos tinham como assunto principal "bem estar animal", sendo um sobre as condições sanitárias nos abrigos para animais na Espanha e outro sobre a condição sanitária dos gatos abandonados nas comunidades do Brasil. E dois tinham como assunto principal direito dos animais, sendo os dois abordando sobre a história e progresso sanitário um nacional e outro internacional.

Como descrito o tema relacionado aos animais abandonados mais discutido dentro da academia científica são as zoonoses, tendo do total de artigos 49 falando a cerca de diferentes zoonoses. O segundo tema mais relacionado a animais abandonados são os programas e ações que vem sendo realizadas nas tentativas de conter o crescimento dessa população, porém do

total de quatro, dois tem o CCZ como ação e nenhum descreve um programa específico como PROBEM ou bicho rio como medidas que vem sendo realizado. Outro fato interessante é que apenas um artigo descreve um programa específico e a contribuição das ONG's de proteção animal na luta de redução dessa população e o mesmo é um artigo internacional espanhol. Em relação ao bem estar animal, dois artigos se focaram nas questões sanitárias, sendo um nacional e outro internacional, sendo que novamente é o artigo internacional que chama a atenção para o trabalho e ações das ONG's protetoras de animais.

Lei e direito animal são os temas menos comentados dentro desses apresentados, tendo apresentado dois artigos totais, um de cada sendo que o de lei discute mais zoonoses, no caso a raiva que seria mais voltada à proteção do ser humano do que lei dirigida ao bem estar e garantia dos direitos desses animais.

A análise deste material indicou que a academia parece estar preocupada em discutir aspectos relacionados a saúde humana. Os direitos e leis aos quais esses animais estariam submetidos e protegidos não parecem serem de grande interesse dentro do âmbito acadêmico. Os programas e ações governamentais e não governamentais que deveriam ser assunto de interesse, principalmente os impactos que os mesmos poderiam vir causando, também não parecem ser assuntos que levem a uma discussão aprofundada dentro da academia. Quando se fala em ações destinadas a esses animais, se discute sobre os CCZ's e alguns sobre os métodos arcaicos de eutanásia que eram utilizados por essas instituições. Fato esse que pode vir a contribuir para o imaginário tanto popular como entre os pesquisadores com relação ao meio a ser utilizado para se reduzir a população desses animais, como foi apresentado no capítulo um desse trabalho. Não há na academia científica grande produção bibliográfica sobre a avaliação desses programas e ações. Os artigos são relacionados a possíveis doenças transmitidas por esses animais e as soluções propostas são baseadas no modelo biomédico. Não se discute que talvez a solução do problema seja mais voltada para o social e educacional do que para um tratamento a base de medicamentos ou prevenção. Nenhuma ação que possa melhorar o bem estar do animal envolvido em tal situação foi aventada. Assim, a mídia discute o tema em um formato onde a saúde humana é a preocupação central e não os animais e ambas, mídia e academia parecem seguir a mesma lógica..

Devido ao formato de discussão do tema na mídia e na produção acadêmica, outras entidades assumem o papel de divulgação e incentivo dessa discussão tendo como assuntos principais direito e ações que possam contribuir na diminuição desses animais nas ruas e principalmente que sejam realizadas numa forma que levem o bem estar desses animais em consideração. Tais entidades são as Organizações não governamentais de proteção animal

que através de sites e blogs incentivam essa discussão (socialmente) como é o caso da Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA).

### **3.3.3 Abordagem pelos sites da Agência de notícias de Direitos Animais (ANDA)**

Um das ações desempenhadas pelas ONG's de proteção animal é a divulgação de informações e incentivo a discussão de diversos temas ligados aos animais de forma geral. Essas informações tendem a serem acessíveis através de notícias divulgadas nos sites e blogs de diversas ONG e a discussão no formato acadêmico tende a ser promovida pelos eventos (congressos, seminários) promovidos por essas ONG's como é o caso da ARCA BRASIL e WSPA visto no capítulo três. Em relação à divulgação de notícias por meio da internet a maioria das ONG's desse gênero realizam em seus sites, porém, para o desenvolvimento desse trabalho a organização escolhida, para ter suas notícias a cerca do tema avaliado, foi a Agência de notícias de Direitos Animais (ANDA), pois é um organização cujo site que é administrado por jornalistas e publicitários defensores da causa animal. A ANDA foi criada em 2008 com o objetivo de difundir os valores de uma nova cultura, mais ética, mais justa e preocupada com a defesa e a garantia dos direitos animais. Segundo a ANDA (2009) ela é o primeiro e maior portal jornalístico do mundo que combate a violência social e a destruição do meio ambiente a partir da defesa dos direitos dos animais, abrindo assim um importante canal com jornalistas e colocando em pauta assuntos que até hoje não tiveram o merecido espaço na imprensa.

Através de seu portal procura responder questionamentos feitos por internautas a cerca dos direitos dos animais e incentiva ações sempre sob o foco dos direitos animais. Em seu portal é possível encontrar artigos, entrevistas, vídeos, depoimentos e notícias a cerca de ações governamentais e não governamentais nacionais e internacionais, assinar petições com a finalidade de garantia dos direitos animais, divulgação de eventos e manifestações ao redor do mundo e denúncias a cerca da violação dos direitos animais já estabelecidos através de leis ou decretos.

Ao realizar o levantamento das notícias no portal da ANDA utilizou-se no buscador do portal os descritores animais errantes e animais abandonados. No caso do descritor “animais abandonados” necessitou-se realizar a filtração para animais domésticos abandonados, já que o portal trata de diversos tipos de abandonos. Foram selecionadas notícias publicadas entre o período de 2008 (ano de criação do portal) a agosto de 2012. Como resultado obteve-se 247

notícias, sendo 118 encontradas pelo descritor “animais errantes” e 129 encontradas pelo descritor “animais abandonados”. Dessas 247 notícias, 28 foram consideradas perdas, pois não tinham relação com a população foco desse trabalho. Das 219 notícias restantes, quatro abordavam sobre zoonoses, sendo três a respeito do controle da raiva e uma sobre toxoplasmose, 42 abordavam sobre leis animais, sendo 26 a respeito das leis brasileiras e 16 sobre leis internacionais dirigidas a animais.

A maioria tratava de leis a cerca da criação ou reformulação de programas de esterilização, porém quatro notícias se destacaram. Duas tratavam de leis a cerca da multa por abandono, uma sobre posse responsável e outra a cerca da obrigatoriedade do registro animal através da implantação do microchip. Três eram leis do Estado de São Paulo (multa, posse responsável e microchip) e uma do Rio Grande do Sul. 46 notícias abordavam sobre programas e ações governamentais, sendo 43 sobre programas brasileiros e 3 programas internacionais. Os programas descritos tinham diversas ações, não somente o foco da esterilização, porém se destaca que dez descreviam os CCZ's e suas ações, uma abordava sobre o PROBEM, uma informava sobre o investimento do Estado de São Paulo em ações destinadas a guarda responsável através da distribuição de cartilhas nas escolas, outra a respeito da construção de um hospital veterinário para a realização de consultas para famílias de baixa renda e uma terceira trazia como reportagem a implantação dos microchips nos animais no Estado do Rio Grande do Sul.

A respeito de ações realizadas por ONG e protetores de animais, 35 notícias abordavam tais ações, sendo a maioria centrada no envolvimento em campanhas de adoção. Houve a divulgação de 25 eventos, dos mais diversos gêneros, tais como manifestações na defesa dos direitos animais, campanhas de adoção e esterilização, congressos e seminários. Em relação a notícias internacionais, 22 foram publicadas tratando das possíveis causas para o aumento do número de animais soltos, sendo a crise econômica na Europa como possível causa de abandono, sobre as ações das ONG e canis nesses países.

No que diz respeito a notícias a cerca de denúncias, 45 foram encontradas, sendo que 21 tratavam de denúncias a cerca das ações realizadas pelos CCZ's, duas denunciavam agressão e as outras se concentravam em denunciar abandonos em determinadas regiões e a partir daí promover possíveis doações desses animais abandonados.

A análise dessas notícias indicou que a grande maioria se tratava de leis, principalmente a cerca das que garantiam a implantação de programas destinados ao controle desses animais através da esterilização. As leis que tratavam de outras ações para esse controle, foram na maioria leis paulistas, fato que pode ser devido a presença do PROBEM



nessa região. Observou-se, também, que a maioria das notícias relacionavam o caso ou ação descrita com alguma lei que já estava em vigor.

A divulgação a respeito das leis que regem os direitos dos animais foi citada na maioria das reportagens, mesmo com destaque maior a outros assuntos. Através de suas reportagens procuram mostrar como e quando tais leis são aplicadas, como nas reportagens sobre denúncias de abandono onde se destacava a probabilidade de pagamento de multa do “tutor”. As ações e programas governamentais e não governamentais também são bastante citados, tendo o papel de informar o local e dia que as ações acontecem. Poucas descreviam o programa ou ação sem indicar o acesso. Locais e horários onde as ações ocorriam eram divulgados no portal, tanto quanto a divulgação de eventos. As manifestações e campanhas realizadas eram em sua maioria avisadas antes de ocorrerem, sendo então uma forma de convite aos internautas, e descritas após sua realização, a fim de informar os desdobramentos ocorridos. Algumas notícias divulgadas pelo portal da ANDA tendem a se assemelhar com as notícias divulgadas na mídia em geral, como é o caso das denúncias. Os dois meios possuem um número expressivo de notícias a cerca dessa relação, porém abordando de forma diferenciada, levando uma à venda de notícias e a outra ao alerta do descumprimento da lei.

### **3.3.4 Diferenças nas abordagens**

Ao realizar a análise das notícias e artigos publicados nos três meios pesquisados, percebeu-se que as abordagens eram feitas de formas diferentes para os mesmos temas. No que diz respeito à relação animal abandonado e zoonoses, o meio acadêmico foi o que mais discutiu, contudo abordando a cadeia de desenvolvimento da zoonose bem como os meios de prevenção relativos ao bem estar humano. Os artigos que citavam alguma medida voltada para os animais tinham em sua maioria a eutanásia como medida. A mídia nacional em relação a zoonose acabou reproduzindo um pouco a discussão da academia, tendo se diferenciado por não ter citado a eutanásia como medida de controle e por ter incluído as mordidas provocadas por esses animais em suas reportagens.

A ANDA aborda essa relação de forma diferenciada. Ela não descreve zoonoses e nem discute medidas de prevenção voltadas aos seres humanos. A organização tem como foco a crítica às formas de controle realizadas pelos CCZ's, principalmente a eutanásia. Em relação às ações e programas do governo, a ANDA tende a discutir mais que os outros dois meios. Aborda tais ações através da divulgação dos locais e horários que tais ações estarão ocorrendo

ou então através de notícias que a descrevam. Algumas trazem dados sobre seus impactos sobre número de animais castrados em determinado evento ou o número de cartilhas sobre posse responsável distribuídas. Aborda as diferentes ações realizadas por esses programas não se focando somente na esterilização como fez a maioria das notícias divulgadas pela mídia em geral a respeito dos programas.

A academia científica quase não abordou sobre programas e ações governamentais. Os poucos artigos encontrados versavam sobre ações desenvolvidas pelos CCZ's. Nenhum artigo discutiu os programas específicos das regiões brasileiras como o PROBEM ou o Bicho Rio.

A abordagem da mídia nacional sobre ações do governo demonstrou-se superficial. A maioria das notícias dava informações relacionadas à esterilização não fazendo nenhuma menção as outras ações que o programa oferecia.

Em relação a notícias sobre ações de ONG's e protetores, a ANDA e a mídia divulgaram recorrentemente, porém, abordando de forma diferenciada. A ANDA ao citar as ONG procurou descrever suas ações, principalmente feiras de adoção através de eventos. Além disso, procurou através de suas notícias realizar campanhas para incentivar a doação de recursos para essas organizações. A mídia, tanto nacional quanto internacional, abordam as ações das ONG focando as ações de recolhimento. Dentro do círculo acadêmico as ações das ONG e sua importância para a diminuição da população de animais abandonados foram abordadas por pesquisadores internacionais.

As denúncias foram um dos assuntos principais divulgados pela ANDA e mídia. A mídia focou-se mais em realizar denúncias de agressões feitas por pessoas aos animais. A ANDA denunciou abandono de animais com objetivo de que a lei sobre a criminalização desse ato fosse cumprida e que os animais da reportagem fossem adotados. Além de ter denunciado em muitas de suas reportagens as ações irregulares que alguns CCZ's realizavam como a eutanásia, prática já proibida na maioria dos casos de abandono.

Em relação à divulgação e discussão das leis destinadas aos animais, a ANDA foi a que mais divulgou a respeito juntamente com as mídias internacionais. As duas procuravam em suas notícias citar alguma lei animal, utilizando-se do assunto para mostrar quando era realizada a aplicação de determinada lei. As leis noticiadas abordavam diversos aspectos relacionados aos animais, desde a obrigatoriedade do registro geral até as penas pagas por maus tratos.

Na mídia Nacional as leis destinadas aos animais eram na maioria a respeito da criação ou reorganização de algum programa ou ação sem haver acompanhamento do desenrolar da lei em questão. As leis que tratavam da punição aos maus tratos só eram

divulgadas quando ocorria algum caso de grande repercussão noticiada pela mídia em geral. Não foi encontrada nenhuma notícia publicada pela mídia que tratasse de informar sobre leis que garantiam o bem estar animal e assim as consequências para quem desrespeitasse, sem estar relacionadas a algum caso grave de agressão.

Como já discutido acima, a abordagem acadêmica tende a relacionar animais abandonados a zoonoses sem considerar ações governamentais destinadas ao controle da população de animais abandonados e nem em avaliar os programas desenvolvidos pelo mesmo. A mídia nacional por outro lado tende a fortalecer a imagem das organizações não governamentais ao ressaltar seu papel de recolhedoras de animais, pressionando-as a assumirem a responsabilidades do governo.

A mídia internacional e a Anda por abordarem as diversas ações das ONG e ainda fazerem campanhas de arrecadação de doativos para a continuação das mesmas, leva a uma visão diferenciada daquela fortalecida pela mídia nacional. Por essa visão as ONG passam a ser vistas como complementares ao trabalho realizado pelos programas e ações governamentais.

A divulgação das leis parece ser fundamental para a construção crítica da sociedade em relação ao abandono de animais. Conhecendo a lei, as pessoas tendem a ter mais consciência das suas ações e podem cobrar atitudes do governo. Porém, a divulgação da lei deve ser feita de forma "preventiva", sempre estar sendo citada como fazem alguns jornais internacionais. Não se pode querer citar a lei somente quando ocorrem casos graves de agressão, como é o que acontece no Brasil. A ideia é fazer com que com o conhecimento das punições, evite-se que novas agressões e maus tratos sejam feitos a esses animais. O mais importante deveria ser a minimização do sofrimento animal, buscando despertar no cidadão um comportamento mais ético.

### 3.4 ÉTICA E DIREITO ANIMAL

#### 3.4.1 Evolução do movimento em defesa dos animais

A forma de tratar os animais vem sendo discutida por diversas correntes filosóficas, focando-se inicialmente, na superioridade do homem em relação aos demais animais. Segundo Maschio (2005) o ser humano, no transcurso de sua recente existência sobre a Terra, vem-se julgando superior às demais espécies e, graças a esse pensamento antropocêntrico, supõe governar sobre os demais seres vivos. No mundo ocidental (cristão especialmente) o

antropocentrismo tem como raízes as escrituras sagradas, que disseminaram a ideia de que o homem foi feito à imagem de Deus, sendo-lhe, assim, outorgado o domínio sobre todos os animais. Segundo Santana *et al.* (2004) separar-se de sua natureza animal foi o meio encontrado pelo homem para se superar diante da supremacia ameaçadora da natureza, e, essa distinção, vem servindo como paradigma civilizatório, a ponto de ter sido a origem do “especismo” e da resistência do homem em reconhecer a sua natureza animal, assim como em considerar os demais seres vivos como objetos passíveis de apropriação e domínio.

Sendo assim, os animais são vistos como objetos para serem utilizados exclusivamente pelos homens para saciar suas necessidades de alimentação, vestuário, transporte. Tal pensamento foi fortalecido com os pensamentos de filósofos como Protágoras, Descartes, Hobbes e Locke. Protágoras fortalece o antropocentrismo ao formular o princípio do *homo mensura*, segundo o qual o homem seria a medida de todas as coisas. Segundo Marshio (2005) a consagração da superioridade humana frente às outras espécies talvez tenha se instalado depois que o filósofo francês René Descartes (1596-1650), um dos pais do racionalismo, cunhou a célebre frase: ‘Penso, logo existo’. Tal frase leva a crer que quem não pensa, não existe, logo também não deve ter nenhum direito já que sem poder verbalizar seu descontentamento, é mero objeto nas mãos do homem.

Descartes acreditava que os animais não possuíam alma, fortalecendo assim a teoria mecanicista na qual os mesmos eram considerados simples máquinas para utilização dos homens. Além disso, por não possuírem alma, acreditava que seriam insensíveis a qualquer dor e sofrimento que lhes fossem impostos, pois “acreditava que os processos de pensamento e sensibilidade faziam parte da alma. Como na sua concepção os animais não tinham alma, não havia sequer a possibilidade de sentirem dor” (MARSCHIO, 2005). Esse pensamento seria o fundamento moral que justificaria toda série de maus tratos e violências cometidas à fauna pela civilização ocidental desde a era Moderna até os dias hodiernos. Segundo Dias (2004) isto alienou o homem da natureza tendo sido nesta época que se difundiu na Europa a prática de vivissecção, que é o ato de realizar experimentos em animais vivos.

Thomas Hobbes fortalece essa superioridade do homem face aos animais ao formular sua teoria contratualista. A mesma se dá através do contrato social onde os seres humanos estabelecem pactos de respeito recíproco, ou seja, o respeito aos bens de um ser vai depender da forma que este outro ser respeita os bens do mesmo. Segundo Dias (2004) essa teoria deu à linguagem o papel de formadora das relações sociais e políticas, excluindo os animais do contrato social, pois para a formação do Estado é preciso um pacto, para cuja adesão é preciso a linguagem. Além disso, por ser uma teoria baseada na

reciprocidade o maltrato aos animais é aceito, já que os mesmos não nos podem oferecer a contrapartida da nossa abstenção de crueldade para com eles (MARSCHIO, 2005).

Locke ao difundir o liberalismo colocou o homem, também, como superior aos outros seres, pois o homem pode se apropriar dos frutos e das criaturas tornando-as suas propriedades privadas. Segundo Dias (2004) Locke retirou o animal da natureza tornando-o propriedade privada. Dizia que a natureza extra-humana não tem vontades e nem direitos, são recursos à disposição de toda humanidade.

Em contrapartida a esses filósofos e essa corrente de fortalecimento da superioridade do homem sobre todos os outros animais, há uma corrente que defende os animais como seres capazes de sentirem dor e seres possuidores de direitos. Tal corrente é formada por filósofos como: Voltaire, Jeremy Bentham e Peter Singer. Voltaire foi um filósofo iluminista contemporâneo de Rousseau e é conhecido por ser um pensador contrário a opressão religiosa em seu século (nascido em 1694) era também possuidor de ideias sobre os animais que contrariavam sua época. O mesmo escreveu a Descartes sobre sua teoria mecanicista como mostra trecho a seguir:

[...] Bárbaros agarram esse cão, que tão prodigiosamente vence o homem em amizade, pregam-no em cima de uma mesa e dissecam-no vivo para mostrarem-te suas veias mesentéricas. Descobres nele todos os mesmos órgãos de sentimentos de que te gabas. Responde-me maquinista, teria a natureza entrosado nesse animal todos os órgãos do sentimento sem objetivo algum? Terá nervos para ser insensível? Não inquires à natureza tão impertinente contradição. (VOLTARE, 1978).

Para Voltaire a partir do momento que os animais possuíssem as mesmas estruturas parecidas com o homem, não fazia sentido desconsiderar os danos, no caso as dores, que os mesmos poderiam sentir caso fossem lesionados ou sofressem algum trauma. Logo pela lógica da teoria de Descartes os mesmos por sentirem dor teriam alma, porém ainda não podia se falar em direito animal já que o mesmo não possuía linguagem, pré-requisito para fazer parte do contrato social. Mas algo em relação ao bem estar desses animais começou a ser pensando para evitar esses maus tratos e essas “dores” sentidas pelos animais.

Segundo Marschio (2005) foi só com Jeremy Bentham, em obra publicada em 1789, que houve um início do pensamento a respeito de direito dos animais. Pois para o mesmo o direito não deveria se dar em relação ao raciocínio e sim em relação à capacidade de o ser sentir dor, como mostra trecho a seguir:

Chegará o dia em que o restante da criação vai adquirir aqueles direitos que nunca poderiam ter sido tirados deles senão pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é motivo para que um ser seja abandonado, irreparavelmente, aos caprichos de um torturador. É possível que algum dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do *os sacrum* são motivos igualmente insuficientes para se abandonar um ser sensível ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha insuperável? A faculdade da razão, ou talvez, a capacidade de falar? Mas, para lá de toda comparação possível, um cavalo ou um cão adultos são muito mais racionais, além de bem mais sociáveis, do que um bebê de um dia, uma semana, ou até mesmo um mês. Imaginemos, porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria o fato? A questão não é saber se são capazes de raciocinar, ou se conseguem falar, mas sim se são passíveis de sofrimento. (BENTHAM, 1789).

Para Bentham a capacidade de sofrer e não a capacidade de raciocínio deve ser a medida para como nós tratamos outros seres. Se a habilidade da razão fosse critério, muitos Seres Humanos incluindo bebês e pessoas especiais teriam também que serem tratados como coisas.

Outro pensamento que levou a reconfiguração a respeito do tratamento dos animais foi a imprimida por Charles Darwin, com a publicação de sua obra “A Origem das Espécies” (1859), ao estabelecer que o homem não era o filho de Deus, mas uma evolução dos primatas fez com que ficasse claro a proximidade entre o homem e os animais, não se tendo mais lógica de tratar os mesmo de forma tão desigual e como simples objetos. Segundo Paixão *et al* (2008) com essa teoria se levou ao questionamento de que afinal, por que homens e animais encontravam-se em categorias morais tão distintas, se eram mais próximos que pensávamos? A partir desse pensamento começou-se uma mudança da lógica a respeito dos direitos animais e da forma que deveriam ser tratar os mesmo, culminando no surgimento de diversas entidades e leis de proteção animal, já mencionadas em capítulos anteriores.

Segundo Santana *et al* (2004) a atual e emergente mudança de paradigma se baseou nas novas ideias protetivas dos animais advindas tanto de ponderáveis posicionamentos de grandes homens, como os do líder pacifista indiano Mahatma Gandhi, das lutas das entidades protetoras dos animais ao redor do mundo, quanto de sólidos estudos oriundos de especialistas vinculados, ou não, a instituições científicas e universidades, que passaram a defender uma nova postura ética do ser humano diante dos animais. Tal atitude terá, entre seus mais notórios representantes, o filósofo australiano Peter Singer .

Peter Singer é um filósofo da era moderna que através da publicação de seu livro “Libertação Animal” (1975) foi de uma importante influência formativa para o movimento em defesa dos animais. Neste livro o mesmo argumenta contra o “especismo”, termo criado por Richard D Ryder em 1970, que diz respeito aos “interesses dos seres na base de membros

de espécies particulares.” (RYDER, 2005). Em sua obra Singer apoiado na teoria de Bentham crítica a teoria de Hobbes a respeito da ética baseada em reciprocidade, pois para o mesmo se tal raciocínio fosse levado até as últimas consequências, não haveria razão para a humanidade abster-se de praticar violências contra crianças pequenas, recém-nascidos, idosos, incapazes, deficientes físicos, alienados e loucos de todo o gênero, já que eles não podem oferecer a contrapartida da não agressão. Assim, não só se excluiria do âmbito da conduta ética os animais, mas todos os seres humanos tidos como ‘incapazes’. O autor ainda argumenta a respeito das gerações futuras e da preservação do ambiente para as mesmas. Segundo Marschio (2005), Singer afirma, tendo por base a teoria da reciprocidade, que não haveria razão para preocupação com as gerações futuras, eis que elas não poderão oferecer a contrapartida de uma conduta ética da atual geração. Não haveria motivos de preocupação, igualmente, com lixo nuclear, por exemplo, cuja nocividade dura mais de 250 anos, se cada um dos seres existentes no planeta, atualmente, só viverá, no máximo, entre 80 e 100 anos.

Logo os direitos destinados a qualquer ser não pode ser baseado na teoria contratualista que é fundamentada numa ética de reciprocidade. Singer também considera que o “especismo” não pode ser o argumento para justificar a desigualdade entre o homem e os outros seres, pois “o fato de os seres não pertencerem à nossa espécie não nos dá direito de explorá-los, nem significa que, por serem os outros animais menos inteligentes do que nós, possamos deixar de levar em conta seus interesses.” (SINGER, 1993). Assim como Bentham, Singer acredita que é a capacidade de sofrimento de um ser que lhe deve conferir o direito a igual consideração, pois “Se um ser sofre, não pode haver nenhuma justificativa de ordem moral para nos recusarmos a levar esse sofrimento em consideração. Seja qual for a natureza do ser, o princípio de igualdade exige que o sofrimento seja levado em conta em termos de igualdade com o sofrimento semelhante – até onde possamos fazer comparações aproximadas – de qualquer outro ser” (SINGER, 1993). Em relação aos animais que foram domesticados, o autor defende que não podem ser abandonados já que com a domesticação os mesmo perderam seus instintos naturais que lhe conferiam capacidade de viver em liberdade.

Dessa forma, assim como os humanos, os animais seriam dotados de direitos e caberia ao Estado criar leis que garantissem o direito dos mesmos e os humanos responsáveis por segui-las e proporcionarem bem estar a esses animais.

### **3.4.2 Bem Estar e Direito dos Animais**

Com a mudança da lógica na forma de tratamento dos animais promovida através das

correntes filosóficas, diversas ações direcionadas a proteção animal foram criadas, como já visto anteriormente. Porém as primeiras ações se destinavam a garantir o Bem Estar Animal e não o direito Animal, termos diferentes, porém tratados de forma confusa como sinônimos na maioria das vezes. Segundo Doval (2008) direito animal é o conceito segundo o qual todos ou alguns animais são capazes de possuir as suas próprias vidas, vivem porque deveriam ter, ou têm certos direitos, e alguns direitos básicos deveriam estar contemplados em lei. A visão dos defensores dos direitos animais rejeita a ideia onde os animais são meros bens capitais ou propriedade dedicada ao benefício humano. O conceito é frequentemente usado de forma confusa com a posição do Bem Estar Animal (ou bem-estarismo), que acredita que a crueldade empregada em animais é um problema, mas que não dá direitos morais específicos a eles. Segundo Sztybel (1998) a noção de Bem estar Animal é anterior a ideia de direitos dos animais. Tal fato pode ser explicado pela evolução do pensamento filosófico a respeito dos animais, tendo Kant (1724 -1804) introduzido a ideia de crueldade. Segundo Paixão *et al* (2008) de acordo com Kant o maltrato para com os animais nos levaria a maltratar também os seres humanos, pois os exemplos começariam com a conduta em relação àqueles. Assim surgem as primeiras legislações protetoras dos animais no Império da Áustria, em 1855, as quais puniam quem maltratasse animais em público.

Segundo Sztybel (1998) o Bem Estar Animal seria uma defesa do “uso humanitário” dos animais, em que se pretende alcançar um nível de bem-estar animal com a proibição da “crueldade desnecessária”. Por essa definição a ideia é se ter consciência do uso animal, tentando diminuir o máximo de sofrimento possível ao utilizá-los para saciar as necessidades humanas. Para garantir esse bem estar diversas entidades foram sendo criadas. A primeira sociedade antivivisseccionista criada foi a Victoria Street Society, em Londres. Logo surgiram outras, como a Liga Alemã contra a Tortura Animal, em 1879, e a La Société contre la Vivisection, em 1882. As ações de bem estar animal estão muito presentes atualmente como as campanhas contra as touradas na Espanha, os rodeios e o uso de animais nos experimentos científicos.

Em relação a experimentação animal, vem se utilizando o princípio dos três Rs. Segundo Rivera(2001) dois cientistas, Russell e Birch (1959), conseguiram sintetizar com três palavras o Princípio Humanitário da Experimentação Animal, iniciadas, em inglês, com a letra R, sendo, portanto, denominado Princípio dos 3 Rs. As palavras são *replacement*, *reduction* e *refinement* que em português significam : *alternativa*, *redução* e *aprimoramento*. Alternativa estaria relacionada a ideia de que sempre que possível devemos substituir os animais por



materiais sem sensibilidade, como modelos de computador. A redução está ligada a utilizar o menor número de animais possíveis nos experimentos, usando-se apenas a quantidade necessária capaz de fornecer os resultados. O aprimoramento diz respeito aos responsáveis pela manipulação desses animais. Estes devem ser bem treinados a utilizar as técnicas e materiais menos invasivos possíveis. Além deste princípio, segundo Paixão *et al* (2008) a Associação Mundial de Veterinária (WVA) adotou “cinco liberdades” para garantir a promoção do Bem Estar Animal, que seriam: manter os animais livres de fome e sede; desconforto físico e dor; injúrias e doenças; medo e estresse e livres para manifestarem os padrões comportamentais característicos da espécie. Diferentemente da noção de Bem Estar, que permite a utilização dos animais para saciar as necessidades humanas, os defensores do direito animal não permitem qualquer uso destes, sendo então uma corrente abolicionista. O principal filósofo e defensor dessa teoria é Tom Regan, com o livro “the Case for Animal Rights” o trata da “contribuição filosófica mais importante de uma teoria moral que assegure os direitos também para animais não humanos” (REGAN,1983). Segundo Paixão *et al* (2008) por essa teoria não é permitido qualquer forma de utilização de animais, independentemente da existência ou não de dor ou morte ou de possíveis benefícios humanos decorrentes dessas práticas.

A partir dessa definição, percebe-se que nenhuma lei criada mundialmente é referente aos direitos animais e sim a práticas que permitam seu bem estar. A primeira vez que se utilizou o termo direito relacionado aos animais foi em 1978 com a publicação da Declaração Universal dos direitos dos Animais, onde prescreve uma série de dispositivos acerca da proteção aos direitos dos animais.

Como visto o “direito animal” ao referido pelas leis garantem o bem estar e não a “libertação animal” defendida por Singer. Segundo Marschio (2005), embora os direitos dos animais, em muitas regiões do planeta, tenham permanecido por longo tempo vinculados exclusivamente ao comportamento ético e moral da humanidade, alguns países, gradativamente, iniciaram a positivação de leis e regras, objetivando garantir de forma mais efetiva esses direitos. Segundo Santana *et al.* (2004) no campo da ética a principal ação para se garantir o Bem Estar Animal, em termos de animais domésticos, está concentrado na discussão e estímulo da posse responsável.

### **3.4.3 Posse Responsável**

Como já mencionado, após as tentativas falhas de controle da população animal

abandonada através do extermínio, a OMS reconfigurou sua postura e recomendou duas ações para a diminuição dos mesmos: a esterilização e a posse responsável. Com essa nova lógica se tem ações mais éticas no que diz respeito ao controle. O conceito de posse responsável ou guarda responsável foi elaborado em 2003, durante a Primeira Reunião Latino-Americana de Especialistas em Posse Responsável de Animais de Companhia e Controle de Populações Caninas. Ela é definida como: “a condição na qual o guardião de um animal de companhia aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais desse animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente, como interpretado pela legislação vigente” (SOUZA, 2003). Segundo Santana *et al* (2004), a guarda responsável de animais configura-se como um dever ético que o guardião deverá ter em relação ao animal tutelado. Neste campo o direito apresenta-se como o instrumento assecuratório de uma autêntica e eficaz guarda responsável de animais. Diversas leis municipais no Brasil garantem o direito da posse responsável como é o caso do Município de São Paulo, que, através da Lei Municipal nº 13.131, de 18 de abril de 2001, conhecida como Lei Trípoli, dispõe sobre o registro, vacinação, guarda, apreensão e destinação de animais, além de prever o controle reprodutivo de cães e gatos e a educação para a guarda responsável. O infrator dessas normas está, também, sujeito a sanções administrativas sob a forma de multa. Também há leis municipais abordando a guarda responsável dos animais nos Municípios de Mauá (SP), Lei Municipal nº 3.479/2002; Piracicaba (SP); Florianópolis (SC); Ponta Grossa (PR); Rio de Janeiro (RJ), dentre outros. Segundo Santana *et al* (2004), como não se tem uma lei federal tratando da posse responsável, deve-se entendê-la como a promoção do bem estar animal seguindo então as “cinco liberdades” descritas anteriormente, já que a noção de posse responsável se opõe logicamente a noção de maus tratos.

Diversos meios são utilizados para a promoção da guarda responsável. Segundo Brandespin (2006), várias organizações não governamentais (ONG's) iniciaram suas atividades no cenário da Proteção Animal no Brasil, trabalhando em conjunto com a administração pública, criando leis e campanhas de estímulo ao cumprimento das já existentes, promovendo a posse responsável do animal, através da inclusão de conceitos de cuidados básicos, como higiene, vacinação, controle das crias, supervisão, identificação e registro, entre outros, além da criação de programas de adoção e fiscalização dos criadores.

A divulgação da posse responsável é realizada por seminários e congressos organizados por ONG, durante as campanhas de vacinação e adoção e também através de projetos de

educação humanitária realizadas por Universidades. Segundo Brandespin (2006) as Universidades também têm contribuído para a divulgação dos conceitos da posse responsável nas comunidades locais, através de ações desenvolvidas por discentes do ensino superior junto à rede Privada, Estadual e Municipal de ensino fundamental e médio, como por exemplo, acontece no município de Garanhuns-PE, em que os discentes do curso de Medicina Veterinária e Zootecnia, contribuem com a educação humanitária de crianças e adolescentes, visando à formação de uma consciência objetiva para o bem-estar animal, posse e cuidados responsáveis dos animais. Esses discentes orientados por seus professores apresentam filmes educativos e desenvolvem atividades didáticas pedagógicas relacionadas ao tema e palestras.

A posse responsável contribui com a minimização do abandono evitando as consequências geradas pelos mesmos. Através de suas ações incentiva uma relação de tratamento mais ético entre ser humano e animal. Ações como a implantação dos microchips são os meios efetivos de fazer valer a lei, já que através desse dispositivo é possível saber quem é o responsável por aquele animal. Porém mesmo com todo o esforço das entidades governamentais e não governamentais de divulgação a cerca da posse responsável, esta prática ainda não está inserida no cotidiano dos seres humanos. Tal fato pode se dever a mais discussões e divulgação da ação de esterilização e pouco sobre posse responsável.

Estudo realizado por Lima *et al.* (2010) revelou que o termo posse responsável é geralmente associado a ações para evitar que os animais contraiam zoonoses, sendo então a vacinação a principal ação citada. Isso indica que se conhece pouco sobre posse responsável e dos direitos dos animais. Promover o entendimento da posse responsável e fazer com que as leis animais se cumpram é importante para o firmamento de uma conduta mais ética aos animais. Segundo Santana *et al.* (2004) gerar o compromisso de uma relação mais saudável entre o homem e o animal de companhia, estaria entre os objetivos de uma educação que promova a consciência para a guarda responsável, de forma, inclusive, a prevenir outros males mais graves, como os decorrentes da irresponsabilidade dos guardiões e traduzidos pelo abandono e consequente superpopulação desses animais nas ruas das cidades.

#### **3.4.4 Ética e Animais Abandonados**

Como visto, ao abandonar um animal a ética que rege a relação animal/ser humano é corrompida. Ao abandonar um animal o cidadão lhe impõe um estado de sofrimento já que segundo Singer, este já não possui os instintos naturais de sobrevivência que lhe foram tirados no momento da domesticação. Mesmo com a promulgação de diversas leis que garantem

direitos relacionados a bem estar animal, esses animais continuam sendo abandonados o que nos leva a perceber a falha na punição deste ato. A banalização frente a essa situação de abandono já é algo instaurado na sociedade e que é fortalecido com a falta de ação governamental. A pouca divulgação a cerca dos direitos dos animais e da posse responsável parece contribuir para esse quadro. A falta de parceria em nível nacional entre ONG de proteção animal e governo pode ser um fator para essa baixa divulgação. Segundo Brandespin (2006), o grande desafio para o século XXI, é a adoção de um estreitamento maior ainda nas relações entre entidades governamentais, organizações não governamentais, profissionais de Medicina Veterinária, Universidades públicas e privadas, além do envolvimento da sociedade, para que haja um mútuo encorajamento e para que ações positivas sejam estimuladas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos animais e do homem, por meio da posse responsável e Bem Estar Animal.

O que se tem disseminado em relação a responsabilidade com um animal é a vacinação contra a raiva, não se levando em consideração outras atribuições como a não agressão aos mesmos, ambiente limpo e etc. Essa situação sanitária é ilustrada através dos acumuladores de animais, que na verdade se dizem protetores. Segundo Rego (2012), os acumuladores de animais podem ser caracterizados como alguém que junta um grande número de animais em sua casa, sem conseguir cuidar adequadamente de todos. Podem ter cinquenta, cem ou mais animais entre cães, gatos, equinos ou outros animais domésticos que, normalmente, dependem dos cuidados de uma só pessoa. Esta pessoa não consegue dar conta de tantos animais que acabam vivendo em superlotação e precárias condições de higiene. Tais condições geram doenças, pondo em risco a saúde do cuidador. Alguns desses acumuladores possuem uma doença conhecida como transtorno obsessivo compulsivo e se caracteriza pelo acúmulo excessivo de coisas, porém outros são protetores que por não aguentar ver um animal abandonado acabam pegando-o para si não se dando conta que está ferindo o bem estar do animal ao expor-lo a um ambiente sanitário precário.

A ideia de animal-objeto ainda é muito enraizada na sociedade. Este fato leva ao descarte quando não mais necessário ou a situações mais graves como o espancamento até a morte. Um último fato explícito de falta de ética em relação aos animais é a utilização do sofrimento animal na venda de notícias, sendo característica básica da mídia sensacionalista. Diversos vídeos de maus tratos a animais são divulgados pela internet, porém os que mostram agressões que corroboram na morte do animal acabam ganhando destaque nas mídias por levarem a um ibope gigantesco devido à mobilização social que ocorre, porém, só se noticia o fato em si não levando a um acompanhamento das punições ou então incentivando a uma

punição mais severa. Não se divulga medidas de promoção e prevenção ao bem estar animal, porém o sofrimento animal ganha primeira página, (rompendo) e estimulando cada vez mais uma relação sem ética perante aos animais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a principal relação feita pela sociedade nacional é que animais abandonados são “depósitos de doenças”, pois o controle de zoonoses foi o primeiro objetivo quando se criou uma ação direcionada aos animais abandonados, o que pode explicar essa associação feita pela sociedade até os dias atuais. Essa associação também é verificada pelo perfil da produção de publicações científicas a cerca do tema e pela forma e conteúdo divulgado pela mídia. Apesar disto, verificou-se que os Centros de Controle de Zoonoses tem importante papel nos estados que não possuem programas governamentais próprios para executar as recomendações feitas pela OMS.

Porém, há muitas denúncias a cerca das ações que esses centros utilizam para realizar o controle. Algumas denúncias sobre a utilização de técnicas de eutanásia em animais sadios são constantemente publicadas pela mídia. Contudo a maioria das ações realizadas por esses centros estão mais centradas na vacinação e averiguação de denúncias.

Os estados que possuem seus programas parecem realizar de forma mais efetiva as recomendações feitas pela OMS. A posse responsável e a esterilização, no PROBLEM, parecem ter a mesma importância. Os outros programas governamentais descritos são bons, mas priorizam a esterilização. Esse fato foi evidenciado por alguns jornais ao publicar o quão ineficiente é uma ação separada da outra. O PROBLEM acaba se aproximando dos programas internacionais, que possuem na sua base lógica valorizar as duas ações recomendadas. Entretanto, o programa inglês parece priorizar a posse responsável. Isto pode ser uma fase no processo de diminuição da população de animais abandonados.

Como nem todos os estados possuem um programa e nem todos os CCZ's realizam essas ações recomendadas, o número de animais abandonados parece não estar maior devido às ações que as ONG de Proteção Animal realizam. Estas, além de procurarem cumprir as recomendações, tem um grande papel no incentivo à discussão do tema na sociedade. Através de suas palestras, seminários, propagandas divulgam informações e inspiram o pensamento crítico dos cidadãos sobre a prática do abandono e as possíveis soluções ou ações para a diminuição da mesma.

A divulgação de informações e o incentivo ao pensamento crítico está associada principalmente à mídia. Porém como visto, a academia tem sua produção voltada aos animais abandonados e zoonoses. Em relação a mídia nacional suas notícias estão em sua maioria voltadas para acontecimentos que envolvam casos de maus tratos como agressões. Internacionalmente a preocupação da mídia parece ser divulgar as leis que regem os direitos

de bem estar dos animais e as possíveis consequências que seu descumprimento possa acarretar.

Essa diferença parece ser o reflexo da mentalidade que se tem em relação aos animais pela sociedade. Enquanto uma sociedade é incentivada a conhecer de forma frequente as leis de seu País, na outra, a sociedade só parece despertar quando ocorrem casos graves de maus tratos aos animais. Se considerarmos que o abandono de animais em si já é um mau trato, sendo considerado crime, a mídia nacional perde oportunidade de tornar-se veículo de conscientização. Esta parece só se interessar pelos casos de maus tratos que envolvam a morte do animal.

Diversas são as leis que garantem o bem estar animal em todo o mundo, sendo a declaração dos direitos dos animais uma das principais publicações. A partir das recomendações da OMS, de restringir a prática da eutanásia substituindo-a pela esterilização e substituindo a captura pelo incentivo a posse responsável a questão tem sido tratada com mais respeito.

A esterilização é uma importante ação do ponto de vista da diminuição de animais em potencial situação de abandono, já que uma ninhada indesejada é um dos motivos para o abandono de animais. Porém a posse responsável vem ganhando mais espaço ao tratar da relação de responsabilidade do homem em relação ao animal. Por essa ação o animal deixa de ter o status de objeto descartável, e passa a ganhar o status de ser vivo com necessidades. Deve ser uma ação incentivada juntamente com a esterilização, que levará a diminuição dos animais abandonados e a uma melhor percepção do homem em relação ao animal.

O programa de posse responsável permite também incentivar o cidadão a conhecer as leis de seu país fazendo com que o mesmo possa se manifestar contra maus tratos sofridos por esses animais não somente em momentos fatais em que a mídia decide divulgar o direito dos mesmos.

Para a diminuição da população de animais abandonados em todo o País, seria recomendável a elaboração de Políticas Nacionais destinadas a promoções de ações que auxiliem a minimização do abandono. Que estas possam orientar na construção de programas em estados que ainda não o possuem e melhoria dos programas dos estados que já a desenvolvem. A parceria entre governo e ONG de proteção animal deveria ser incentivada, já que cada instituição tem ações que podem favorecer diversificadamente os animais já em estado de abandono e os passíveis de abandono, fazendo com que as instituições promovam ações complementares.

Essa proposta política poderia incentivar o setor acadêmico a abordar com mais amplitude o tema, extrapolando as preocupações voltadas à saúde humana à uma esfera de maior amplitude, na qual a consideração ao bem estar animal acompanhasse as lógicas preocupações biomédicas. Nesta linha a mídia nacional poderia ser estimulada a divulgar mais as leis que garantam o direito dos animais, mostrando as consequências do descumprimento, mas, sobretudo, buscando a educação continuada do cidadão por meio da divulgação de campanhas informativas e sensibilizadoras.

O Ministério da Educação poderia incluir na escola básica a prática de bons cuidados e respeito aos animais, do mesmo modo que incluiu no currículo escolar noções quanto ao perigo das drogas lícitas e ilícitas, o que elevou o Brasil a categoria de país com decréscimo de fumantes. Segundo pesquisa realizada pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), em 2011, pela primeira vez na história do país, o índice dos fumantes brasileiros ficou abaixo dos 15%. Em 2006, quando teve início a medição, o percentual era de 16,2%, número que caiu para 14,8% em 2011.

A intersectorialidade deve ser incentivada já que é condição necessária para que essas ações ocorram, levando em conta que essa questão envolve a educação, saúde e economia. O debate sobre ética animal deve ser incentivado nas diversas instituições de todos os setores, já que os animais são utilizados em diversas atividades humanas. Dessa forma podemos esperar que um dia possamos garantir o bem estar e o respeito a esses animais que tanto nos fazem bem, sem pedir nada em troca.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, C. Bicho-Rio promove Esterilização Gratuita de Animais Domésticos. **Jornal do Brasil**, 2008. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2008/05/03/bicho-rio-promove-esterilizacao-gratuita-de-animais-domesticos/>. Acesso: 22 jul. 2012.
- AMATO, V.S. Tratamento da leishmaniose tegumentar americana. **Boletim Epidemiológico Paulista**, 2006.
- ARAÚJO, W. N.; SILVA A.V.; LANGONI, H. **Toxoplasmose: uma zoonose – realidades e riscos**. [S. l.]: Lappin M.R., 1994.
- ARCA BRASIL. Vacina contra a perda. **Arca Brasil**, 2011. Disponível em: [http://www.arcabrasil.org.br/noticias/1111\\_microchip.html](http://www.arcabrasil.org.br/noticias/1111_microchip.html). Acesso: 17 maio 2012.
- ARCA BRASIL. Cresce o número de animais abandonados. **Arca Brasil**, 2010. Disponível em: [http://www.arcabrasil.org.br/noticias/1004\\_superpopulacao.html](http://www.arcabrasil.org.br/noticias/1004_superpopulacao.html). Acesso: 17 maio 2012.
- ARCA BRASIL. Eventos: conscientização. **Arca Brasil**, 2009. Disponível em: <http://www.arcabrasil.org.br/eventos/index.htm>. Acesso: 22 jul. 2012.
- AREAL, K. R.; MIRANDA, A. E. **Soroprevalência de toxoplasmose em gestantes atendidas na Rede Básica de Saúde de Vitória, ES**. [S. l.]: NewsLab, 2008.
- AVILA, M. O. *et al.* Aglutininas anti-leptospíricas em cães na área de influência do centro de controle de zoonoses, Pelotas, RS, Brasil, no ano de 1995. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 1, 1998.
- BELLI, I. Falta de conscientização: aumento de animais de rua foge do control. **Jornal VS**, Disponível: <http://www.jornalvs.com.br/sao-leopoldo/409736/falta-de-conscientizacao-aumento-de-animais-de-rua-foge-do-controle.html>. Acesso: 3 set. 2012.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Castração cães e gatos. **Portal PBH**, 2012. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=sau&tax=20618&lang=pt\\_BR&pg=5571&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=sau&tax=20618&lang=pt_BR&pg=5571&taxp=0&). Acesso em: 3 mar. 2012.
- BENTHAM, J. **The principles of moral and legislation**. [S. l.]: Prometheus Books, 1988.
- BERTANI, K. Deputados aprovam implantação de microchips em cães. Assembleia Legislativa Notícias. Disponível: <http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/232821/default.aspx>. Acesso: 21 maio 2012.
- BOLETIM ELETRÔNICO EPIDEMIOLÓGICO. Situação Epidemiológica das Zoonoses de Interesse à Saúde Pública. Secretária de Vigilância em Saúde, 2009.
- BOLETIM ELETRÔNICO EPIDEMIOLÓGICO. Situação Epidemiológica das Zoonoses de Interesse à Saúde Pública. Secretaria de Vigilância em Saúde, 2010.

BOLETIM ELETRÔNICO EPIDEMIOLÓGICO. Situação Epidemiológica das Zoonoses de Interesse à Saúde Pública. Secretaria de Vigilância em Saúde, 2012.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO PAULISTA. Secretaria Estadual de Saúde, v. 2, n. 20. 2005.

BRANDESPIN, D. F. **Posse responsável e bem-estar animal**. [S. l.]: UFRPE, 2006.  
Disponível em: <http://www.uag.ufrpe.br/bioetica/Palestras/Posse%20respons%20vel.pdf>.  
Acesso: 21 maio 2012.

BRANDÃO, G. Seis anos de cadeia para quem maltratar e matar animais. Senado Notícias.  
Disponível: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/05/25/seis-anos-de-cadeia-para-quem-maltratar-e-matar-animais> Acesso: 4 jun. 2012.

BRASIL. lei 2095/1998  
Leis Federais nº 9.605 de 1998

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de legislação:** programas nacionais de saúde animal do Brasil. Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sanidade animal**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal/sanidade-animal>. Acesso: 21 de agosto de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Vigilância em saúde:** zoonoses. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. Estatísticas de acidentes de trânsito e causas.  
Disponível em: <http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/estatistica.faces> Acesso: 12 ago. 2012.

CALDAS, G. Mídia, escola e leitura crítica do mundo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 117-130, jan./abr. 2006.

CAMPOS, C.B. Impactos de Cães (*Canis familiares*) e Gatos (*Felis catus*) errantes sobre a fauna silvestre em ambiente peri-urbano. **Estado de São Paulo**, 2004.

CÔRTEZ, V. A. *et al.* Infestação por ancilostomídeos e toxocarídeos em cães e gatos apreendidos em vias públicas, São Paulo (Brasil). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 1988.

DASZAK, P.; A. A. CUNNINGHAM, A.D HYATT. The emergence of Nipah and Hendra virus: pathogen dynamics across a wildlife – livestock-human continuum. *Acta Tropica*, 2001.

DIAS, E. C. A defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil, 2004. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/6111/a-defesa-dos-animais-e-as-conquistas-legislativas-do-movimento-de-protecao-animal-no-brasil>. Acesso: 21 maio 2012.

DOVAL, L. M. S. **Direitos dos animais:** uma abordagem histórico-filosofica e a percepção de bem-estar animal. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

DUARTE, N. Protetoras acolhem animais abandonados às vésperas do Natal. **G1**, 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/natal/2011/noticia/2011/12/protetoras-acolhem-animais-abandonados-vesperas-do-natal.html>. Acesso: 21 maio 2012.

JARDIM, C. C. G. *et al.* A descentralização do controle de endemias – uma aposta no município de Belo Horizonte. In: REIS, A. T. *et al.* (org.). **Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte**: reescrevendo o público. São Paulo: Xamã Editora, 1998.

GENARO, G. Gato doméstico: futuro desafio para controle da raiva em áreas urbanas? **Pesquisa Veterinária Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2010.

JÚNIOR, E. Como os animais abandonados são tratados pelo poder público. **Câmara Notícias**, Brasília, 2012. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/reportagem-especial/408879-como-os-animais-abandonados-sao-tratados-pelo-poder-publico-bloco-2.html>. Acesso: 21 maio 2012.

JÚNIOR, E. O papel das ONG's de defesa animal na promoção do bem estar desses seres. **Câmara Notícias**, Brasília, 2012 Disponível: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/reportagem-especial/408880-o-papel-das-ongs-de-defesa-animal-na-promocao-do-bem-estar-desses-seres-bloco-3.html>. Acesso: 21 maio 2012.

INSTITUTO PASTEUR DE SÃO PAULO. Zoonoses: considerações gerais. São Paulo: Pasteus, 2002. Disponível em: [http://www.pasteur.saude.sp.gov.br/informacoes/manuais/manual\\_5/manual\\_05.htm](http://www.pasteur.saude.sp.gov.br/informacoes/manuais/manual_5/manual_05.htm). Acesso: 10 mar. 2012.

LANGONI, H. *et al.* Prevalência de toxoplasmose em gatos dos Estados de São Paulo e Paraná. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, São Paulo, v. 38, n. 5, 2001.

LEVAI, L. Entrevista para a Arca Brasil. **Arca Brasil**, 2007. Disponível em: [http://www.arcabrasil.org.br/noticias/0707\\_jurisprudencia.html](http://www.arcabrasil.org.br/noticias/0707_jurisprudencia.html). Acesso em: 3 mar. 2012.

LIMA, A. M. A. *et al.* Percepção sobre o conhecimento e profilaxia das zoonoses e posse responsável em pais de alunos do pré-escolar de escolas situadas na comunidade localizada no bairro de Dois Irmãos na cidade do Recife (PE). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, E. Internet é o principal meio no Brasil para quem busca informação, diz pesquisa. **Jornal o Povo**, 2009. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/internet-e-o-principal-meio-no-brasil-para-quem-busca-informacao-diz-pesquisa/>. Acesso: 10 mar. 2012.

MACHADO, M. A. Posse responsável pode reduzir a superpopulação de cães e gatos. **Idmedpet**, 2007. Disponível em: <http://idmedpet.com.br/saude-de-a-z-caes-e-gatos/posse-responsavel-pode-reduzir-a-superpopulacao-de-caes-e-gatos.html>. Acesso: 10 mar. 2012.

MASCHIO, J. J. Os animais: direito deles e a ética para com eles. **Jus**, 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/7142>. Acesso: 10 mar. 2012.

- NUNES C. M. *et al.* Ocorrência de larva migrans na areia de áreas de lazer das escolas municipais de ensino infantil, Araçatuba, SP, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 6, p. 656-658, 2000.
- OMAR, M. A vigilância Sanitária e o controle das principais zoonoses. **Bicho Online**, 2005. Disponível em: <http://www.bichoonline.com.br/artigos/Xom0001.html>.
- PAIXÃO, R. L.; SCHRAMM, F. R. **Experimentação animal**: razões e emoções para uma ética. Niterói: EdUFF, 2008.
- PASTÓRIO, C.; LIBERATI, M. N.; LEONARDO, J. M. L. Prevalência de parasitas de caráter zoonótico no solo de praças públicas e canis em Maringá, Paraná. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR, 5., 2009, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: CESUMAR, 2009.
- PATRONECK, G. J. *et al.* Risk factors relinquishment of dogs to an animal shelter. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 209, n. 3, p. 572- 581, 1996.
- PERACHO, V. *et al.* De la perrera municipal al centro de acogida de animales de compañía de Barcelona. **Gaceta Sanitaria**, Barcelona, v. 17, n. 6, dic. 2003 .
- PEREIRA, N. R. **O papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento nacional**. [S. l.]: Embrapa, 2004. Disponível em: <http://www.cnptia.embrapa.br/node/124.html>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- PIRES, F. D. A. Zoonoses: hospedeiros e reservatórios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1989.
- PORTO, A. M. F. Perfil sorológico para toxoplasmose em gestantes atendidas no ambulatório pré-natal de uma maternidade-escola do Recife. Recife: IMIP, 2005. Disponível em: [http://www.imip.org.br/site/arquivos\\_anexo/ana%20maria%20feito%20porto%2020080530.pdf](http://www.imip.org.br/site/arquivos_anexo/ana%20maria%20feito%20porto%2020080530.pdf). Acesso em: 3 mar. 2012.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura de Porto Alegre. Secretaria Especial dos Direitos Animais. 2012 Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p\\_secao=7](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p_secao=7). Acesso em: 3 mar. 2012.
- RAGOZO, A. M. A. *et al.* Ocorrência de parasitos gastrintestinais em fezes de gatos das cidades de São Paulo e Guarulhos. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, São Paulo, v. 39, n. 5, 2002.
- REGAN, T. **The case for animal rights**. Los Angeles: University of California Press, 1983.
- REGO, B.S. Acumuladores de Animais. **Libertas Comunidade**, 2012. Disponível em: <http://www.libertas.com.br/site/index.php?central=conteudo&id=3522>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- RIBEIRO, I. Entrevista para a Arca Brasil. **Arca Brasil**, 2007. Disponível em: [http://www.arcabrasil.org.br/noticias/0807\\_filhotes.html](http://www.arcabrasil.org.br/noticias/0807_filhotes.html). Acesso em: 3 mar. 2012.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais. 2012. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sepda/exibeconteudo?article-id=93485>. Acesso em: 3 mar. 2012.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Saúde. Divisão de Apoio Didático e Tecnologia Educacional. Centro de Controle de Zoonoses Paulo Darcos Filho, 2004. Disponível: <http://www.sms.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/sys/reader/htm/preindexview.htm?editionsectionid=186>. Acesso em: 3 mar. 2012.

RIVERA, E.A.B. Ética na experimentação animal. **Revista de Patologia Tropical**, 2001.

RODRIGUES, A. *et al.* Advances in the management of an animal shelter. **Gaceta Sanitaria**, v. 22, n.1, p. 76-78, 2008.

ROCHA, C. Casos de febre maculosa assustam funcionários da Suipa. **O Globo**, 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/casos-de-febre-maculosa-assustam-funcionarios-da-suipa-4906912>.

ROSÁRIO (Argentina). Instituto Municipal de Salud Animal. 2012. Disponível em: <http://www.rosario.gov.ar/sitio/lugaresVisual/verLugar.do?id=2050#>. Acesso em: 3 mar. 2012.

RYDER, R. D. All beings that fell pain deserve human rights. **The Guardian**, 2005. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/uk/2005/aug/06/animalwelfare>.

SANCHEZ-ORTIZ, I. A.; LEITE, M. A. Fatores de risco da transmissão de zoonoses por costumes da população de Ilha Solteira, Brasil. **Revista Salud Pública**, Bogotá, v. 13, n. 3, 2011.

SANTANA, L. R. *et al.* Posse responsável e dignidade dos animais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, 9., 2004, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2004. p. 533-552.

SANTANA, L. R. ; MARQUES, M. R. Maus tratos e crueldade contra animais nos Centros de Controle de Zoonoses: aspectos jurídicos e legitimidade ativa do Ministério Público para propor Ação Civil Pública. In: BENJAMIN, A. H. V. (org.). **Anais do 6º Congresso Internacional de Direito Ambiental, de 03 a 06 de junho de 2002: 10 anos da ECO-92: O Direito e o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: IMESP, 2002.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Centro de Controle de Zoonoses. 2012. Disponível em: [http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/saude/entro\\_controle\\_zoonoses.aspx](http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/saude/entro_controle_zoonoses.aspx). Acesso em: 3 mar. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo. Curso de formação de oficiais de controle animal: nova perspectiva nos serviços de controle de zoonoses do Estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 3, 2009.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura de São Paulo. Vigilância Zoonosária. 2012. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia\\_em\\_saude/control\\_de\\_zoonoses/vistoria\\_zoosanitaria/index.php?p=4160](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/control_de_zoonoses/vistoria_zoosanitaria/index.php?p=4160). Acesso em: 3 mar. 2012.

SCHWABE, C. W. **Veterinary medicine and human health**. 3. ed. Baltimore: Williams A Wilkins, 1984.

SILVA, L. M. R.; CUNHA, P. R. A urbanização da leishmaniose tegumentar americana no município de Campinas - São Paulo (SP) e região: magnitude do problema e desafios. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 82, n. 6, 2007 .

SILVA, L. J. O controle das endemias no Brasil e sua história. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 1, 2003.

SILVEIRA, C. A. M. **Toxoplasmose: dúvidas e controvérsias**. 2002. Erechim, RS: EdiFAPES, 2002.

SINGER, P. **Animal liberation**. 2nd. ed. New York: Avon, 1990.

SINGER, P. **Practical ethics**. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

SOUZA, M. F. A. Resumo da Primeira Reunião Latino-americana de especialistas em posse responsável de animais de companhia e controle de populações caninas. *In*: PRIMEIRA Reunião Latino-americana de especialistas em posse responsável de animais de companhia e controle de populações caninas, de 01 a 03 de setembro de 2003. Rio de Janeiro: [s. n.], 2003.

SOTO, F. R. M. Eutanásia canina nos centros de controle de zoonoses. **Arquivos de Ciências Veterinárias e Zoologia da UNIPAR**, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 43-46, jan./jun. 2010.

SOTO, F. R. M. *et al.* Dinâmica populacional canina no Município de Ibiúna-SP: estudo retrospectivo. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, São Paulo, v. 43, n. 2, 2006.

SOUZA, R. F. Revista Caras condena relação entre crianças e animais domésticos. **ANDA**, 2012. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/27/05/2012/revista-caras-condena-relacao-entre-criancas-e-animais-domesticos>. Acesso: 18 abr. 2012.

SUIPA. O abrigo. **Suipa**, 2010. Disponível em: <http://www.suipa.org.br/index.asp?pg=abrigo.asp>. Acesso: 16 fev. 2012.

SUMARE. Prefeitura Municipal de Sumare. Conheçam as funções do centro de controle de zoonoses. 2008. Disponível em: <http://www.sumare.sp.gov.br/news.php?id=1744>. Acesso em: 3 mar. 2012.

SZTYBEL, D. **Distinguishing animal rights from animal welfare**. Westport: Greenwood Press, 1998.

TANCREDI, M. G. F. *et al.* Relação parasito-hospedeiro entre *Psoroptes equi* e equinos. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, 2005.

TAUIL, P. L. Perspectivas de controle de doenças transmitidas por vetores no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 39, n. 3, 2006.

TOBIAS, S. Donos implantam microchips em seus pets. **Veja São Paulo**, 23 jun. 2012. Disponível: <http://vejasp.abril.com.br/revista/edicao-2275/chips-cachorro>. Acesso: 13 jul. 2012.

VASCONCELLOS, S. A. **Zoonoses**: conceito. Praia Grande: [s. n.], 2007. Disponível em: [http://www.praia grande.sp.gov.br/arquivos/cursos\\_sesap2/Zoonoses%20Conceito.pdf](http://www.praia grande.sp.gov.br/arquivos/cursos_sesap2/Zoonoses%20Conceito.pdf). Acesso: 27 mar. 2012.

VIANNA, M. S. R. **Legislação de apoio ao controle de zoonoses**. Rio de Janeiro: [s. n.] 2003. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/vigilanciasanitaria/artigos/controlezoonoses.pdf>. Acesso: 27 mar. 2012.

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. [S. l.]: Abril Cultural, 1978.

WIWANITKIT, V.; WAENLOR, W. The frequency rate of Toxocara species contamination in soilsamples from public yards in a urban area "Payathai", Bangkok, Thailand. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, São Paulo, v. 46, n. 2, abr. 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Expert Committee on Rabies**: eighth report. Geneva: WHO, 1992.

WSPA. Amigos de Francisco- Grupo de auxilio aos animais carentes. **WSPA**, 2012. Disponível em: <http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/Amigos-de-Francisco.aspx>. Acesso: 22 jul. 2012.

UCHÔA, A. Animais sofrem com feridas e abandono na Região Serrana do RJ. **G1**, 2011 Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/01/animais-sofrem-com-feridas-e-abandono-na-regiao-serrana-do-rj.html>. Acesso: 27 mar. 2012.

VILA VELHA. Prefeitura de Vila Velha. Centro de Controle de Zoonoses. 2012. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/saude-centro-de-controle-de-zoonoses>. Acesso em: 3 mar. 2012.

ZOONOSES.ORG. **Manual de zoonoses**. 2. ed. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível: [http://www.zoonoses.org.br/absoluto/midia/imagens/zoonoses/arquivos\\_1258561628/3644\\_manual\\_de\\_zoonoses\\_v1\\_edicao2.pdf](http://www.zoonoses.org.br/absoluto/midia/imagens/zoonoses/arquivos_1258561628/3644_manual_de_zoonoses_v1_edicao2.pdf). Acesso em: 3 mar. 2012.

#### **Sites:**

ABANDONO de cachorros cresce e canil de Divinolândia, SP, fica lotado. **G1**, 2012. Disponível: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2012/03/abandono-de-cachorros-cresce-e-canil-de-divinolandia-sp-fica-lotado.html> . Acesso: 27 mar. 2012.

ABONG. <http://abong.org.br/ongs.php> <http://www.rspca.org.uk/in-action/international>. Acesso em: 24 jul. 2012.

ANVISA. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/legis/leis/9782\\_99.htm](http://www.anvisa.gov.br/legis/leis/9782_99.htm). Acesso em: 24 jul. 2012.

APASFA. Disponível em: <http://www.apasfa.org/right.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2012.

AUMENTA o número de cães abandonados devido à crise europeia. **Época**, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://colunas.revistaepocasp.globo.com/farejadorbichos/2012/01/30/aumenta-o-numero-de-caes-abandonados-devido-a-crise-europeia>. Acesso: 27 mar. 2012.

BD LEGISLAÇÃO. Disponível em: <http://www.bdlegislacao.com.br/arquivos/Campinas%20-%20Lei%2012.704.pdf> . Acesso em: 24 jul. 2012.

CCZ realiza ações contra dengue e raiva animal. **Visão Diária**, 2009. Disponível em: [http://www.visaodiaria.com.br/capa/?p=ver\\_noticia&id=1355](http://www.visaodiaria.com.br/capa/?p=ver_noticia&id=1355). Acesso: 27 mar. 2012.

FUNASA. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/orgaos-vinculados/fundacao-nacional-de-saude-2013-funasa>. Acesso em: 16 fev. 2012.

HISTÓRIA da vigilância sanitária no Brasil: uma revisão. **Artigonal**, 2010. Disponível em: <http://www.artigonal.com/saude-artigos/historia-da-vigilancia-sanitaria-no-brasil-uma-revisao-3211871.html>. Acesso: 22 jul. 2012.

MICROSHIP: Exigência já existe em São Paulo. **A Notícia**, 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jspuf=2&local=18&source=a2838150.xml&template=4187.dwt&edition=14294&section=885>. Acesso em: 14 dez. 2011.

NÚMERO de casos de maus-tratos a animais cresce no noroeste e paulista. **G1**, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2012/08/cresce-no-noroeste-paulista-numero-de-maus-tratos-aos-animais.html>. Acesso em: 26 ago. 2012.

PIAUÍ. **Lei Ordinária nº 5.802, de 14 de outubro de 2008**. Dispõe sobre a proibição aos criadores, seus empregados, transportadores proprietários ou condutores de animais que os transportem e desloquem em estado de soltura nas rodovias estaduais, e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/scan/pages/jsp/scan/consultaDeAtoNormativo.jsp?idAtoNormativo=8492>. Acesso: 22 jun. 2012.

POLÍCIA investiga sacrifício de animais dentro de canil em Sorocaba, SP. **G1**, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/07/policia-investiga-sacrificio-de-animais-em-sorocaba-sp.html>.

PRINCIPAIS zoonoses que atingem cães e gatos: um trabalho de educação ambiental em uma escola no município de Goiânia, GO. **Artigonal**, 2011. Disponível em: <http://www.artigonal.com/biologia-artigos/as-principais-zoonoses-que-atingem-caes-e-gatos-um-trabalho-de-educacao-ambiental-em-uma-escola-no-municipio-de-goiania-go-4989089.html>. Acesso: 27 mar. 2012.

PROJETO de lei obriga identificação por chip de animais em Florianópolis. **Diário Catarinense**, 2010. Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2010/03/projeto-de-lei-obriga-identificacao-por-chip-de-animais-em-florianopolis-2833695.html>. Acesso: 14 dez. 2011.

RSPCA. Disponível em: <http://www.rspca.org.uk/home>. Acesso em: 16 fev. 2012.



SUIPA recolhe 50 animais abandonados por dia. **G1**, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL97571-5598,00.html>.

SUIPA. Disponível em: <http://www.suipa.org.br/>. Acesso em: 16 fev. 2012.

VEIGA, E. A exposição dos vira-latas. **Estadão**, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/edison-veiga/2012/01/12/a-exposicao-dos-vira-latas/>. Acesso: 22 jul. 2012.